



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JOELMA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM BOA VISTA-RR**

**BOA VISTA, RR
2023**

JOELMA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM BOA VISTA-RR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Roraima, na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Processos Inclusivos.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio.

BOA VISTA, RR

2023

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S586a Silva, Joelma da.
A atuação do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social em Boa Vista-RR / Joelma da Silva. – Boa Vista, 2023.
100 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

1 – Pedagogia. 2 – Assistência social. 3 – Educação não formal. I –
Título. II – Lirio, Flávio Corsini (orientador).

CDU – 37.013.42(811.4)

JOELMA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM BOA VISTA-RR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do grau de mestra em Educação pela Universidade Federal de Roraima.
Área de concentração: Educação e Processos Inclusivos. Defendida em 19 de setembro de 2023 e avaliada pela banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio
Orientador

Prof.^a Dr.^a. Alessandra Peternella
Membro externo

Prof. Dr. João Paulino da Silva Neto
Membro Interno

Dedico aos professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, pois são professores de excelência que se dedicam arduamente no papel de formadores de pedagogos; ao meu orientador que aceitou percorrer comigo este caminho; a todos os pedagogos, em especial, àqueles que atuam no âmbito da Assistência Social.

AGRADECIMENTOS

Seguir a carreira acadêmica foi uma decisão difícil para a realidade em que me encontrava, em 2013. Não imaginava que conseguiria ao menos concluir o Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima. Não imagino como tive forças para continuar e conquistar meu “canudo” de pedagoga. Agora, encontro-me finalizando mais uma etapa da carreira acadêmica. Neste trajeto, tive fé na conclusão, acredito que sou abençoada e Deus colocou pessoas no meu trajeto para somar e serem suporte para conquistar meus objetivos.

Mesmo assim, o percurso do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação lançou suas dificuldades. A turma iniciou no segundo semestre do ano de 2021, de maneira atípica em meio a Pandemia da Covid-19, com muitas dúvidas e anseios. As aulas, a princípio, teriam que acontecer de forma remota. No primeiro semestre, tivemos a perda de um colega de curso de forma repentina, trazendo tristeza para colegas e professores. Tivemos que acreditar que a situação iria melhorar e nos fazer fortes para ultrapassar as etapas.

Para cursar o Mestrado em Educação, não tive a oportunidade de solicitar afastamento do trabalho (atuo como professora em escola municipal, no período da manhã e tarde), pois ainda me encontrava em estágio probatório, com isso, encontrei dificuldades para conciliar todas as minhas demandas como profissional, mestranda, mãe, esposa, filha e dona de casa.

Sempre lembro do “ditado” da querida Prof^a Dr^a Maria Edith Romano que dizia: “a vida não para, para o Mestrado”. Realmente, ela continua, em meios aos estudos surgem as dificuldades, os problemas, pessoas nascem, outras morrem e, assim, vamos seguindo. Tenho um carinho imenso por esta professora, contribuiu muito no meu percurso acadêmico desde a graduação, foi minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia e somou com seus ensinamentos no Mestrado em Educação. Gratidão.

Hoje, tenho somente agradecimentos...

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por tudo que ele me proporciona, pois sei que suas bênçãos são infinitas para a minha vida.

Aos meus pais, pelos cuidados e ensinamentos para a vida, principalmente minha mãe que sempre me apoiou quando eu mais necessitei.

Aos meus queridos filhos Alice e André, por compreenderem a minha parcial ausência para me dedicar a este trabalho.

Ao meu querido esposo, pelo apoio em todos os aspectos e por sua compreensão.

À Universidade Federal de Roraima, pela oportunidade de continuar minha carreira acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação.

À Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES), pela autorização da realização da pesquisa.

Ao Centro de Referência de Assistência Social, pela recepção e atendimento que me ofereceram.

À pedagoga, que participou da entrevista desta pesquisa e contribuiu para que fosse concluído um ciclo.

À banca avaliadora, por ter aceitado o convite e poder contribuir para melhorias neste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio, por aceitar percorrer este caminho comigo, pela sua paciência e contribuição para a realização deste trabalho.

Obrigada.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.”

(Carl Jung)

RESUMO

O estudo focaliza na atuação do pedagogo nos contextos intitulados como espaços não escolares. Com a intenção de refletir sobre a possibilidade de trabalho do profissional graduado em Pedagogia para além do muro escolar, o que significa a ampliação do campo laboral do pedagogo, para além da educação formal. A pesquisa foi centrada na análise da atuação do pedagogo na área da Assistência Social. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, que utilizou como instrumento de coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada, realizada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, da zona oeste da cidade de Boa Vista-RR, localizado na região oeste, por ser maior abrangência territorial. Os participantes da pesquisa são profissionais pedagogos que atuam nesse espaço. O tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo, culminando na construção das inferências (apontamento dos resultados da pesquisa). O CRAS é um serviço que atende as pessoas que vivem em vulnerabilidade social de diversas formas. As categorias de análise versam sobre as questões da educação não-formal, pedagogia, vulnerabilidade social e serviços públicos de atendimento multifuncional da assistência social. Os estudos apontam o crescimento da participação de pedagogos em espaço não-escolar, sendo em diversas áreas (saúde, assistência social, segurança), e a ausência de estudos dessa natureza na região norte. Verifica-se que a atuação diversificada do pedagogo está ameaçada devido às modificações na Resolução CNE/CP nº 2, de dezembro de 2019, que trata da formação de professores, visando a fragmentação da formação do pedagogo. Foi salientado a importância da pedagogia para balizar as intervenções sociais em campos diferentes da educação formal. Os resultados da pesquisa mostram uma fragilidade da formação inicial dos profissionais que atuam na equipe multidisciplinar (pedagogo, assistente social, psicólogo) do CRAS, a partir das diversas matrizes curriculares analisadas. Identificou-se que os membros da equipe multidisciplinar não realizam trabalhos específicos de sua área, mas sim, realizam as mesmas demandas da instituição. Isso, dificulta e vulnerabiliza a contribuição de cada profissional, de modo especial o pedagogo que é objeto desse estudo. A pedagoga citou que não participou de nenhuma formação para assumir o cargo, com isso, desenvolveu suas habilidades da profissão a partir da percepção das práticas da equipe. Outro ponto é a remuneração salarial da pedagoga que atua no CRAS, que se mostra inferior aos demais integrantes da equipe multidisciplinar. Notou-se, também, que a profissional participante da pesquisa desenvolve o trabalho por meio das competências que adquiriu na prática, diante da ausência de formação profissional no efetivo exercício da função. Nesse sentido, o estudo apresenta, de modo geral, a necessidade do pedagogo nesses espaços e contribuição que pode trazer no enfrentamento as vulnerabilidades apresentadas. A possibilidade de discussão e reflexão sobre o assunto se fazem pertinentes com o enfoque nesta área de atuação do pedagogo, visando apresentar tais aspectos para a sociedade, além de contribuir com os demais pesquisadores das demais áreas do conhecimento. Desse modo, o estudo tem sua viabilidade técnica, política, social e científica. Trata-se de um estudo de impacto, pois possibilita verificar algo que ainda não foi devidamente evidenciado no contexto de Roraima.

Palavras-chave: Pedagogia. Assistência social . Educação não formal.

ABSTRACT

The study focuses on the role of the pedagogue in contexts called non-school spaces. With the intention of reflecting on the possibility of work of the professional graduated in Pedagogy beyond the school wall, which means the expansion of the pedagogue's work field, beyond formal education. The research was centered on the analysis of the pedagogue's performance in the area of Social Assistance. This is a qualitative research, which was used as a data collection instrument through semi-structured interviews, carried out at the Social Assistance Reference Center - CRAS, in the city of Boa Vista-RR, located in the western region, due to its greater territorial coverage. The research participants are pedagogical professionals who work in this space. Data treatment was carried out through content analysis, culminating in the construction of inferences (notation of research results). CRAS is a service that assists people who live in social vulnerability in different ways. The categories of analysis deal with questions of non-formal education, pedagogy, social vulnerability and public services of multifunctional assistance of social assistance. The studies point to the growth of the participation of pedagogues in non-school spaces, being in several areas (health, social assistance, security), and the absence of studies of this nature in the northern region. It appears that the diversified performance of the pedagogue is threatened due to changes in Resolution CNE/CP nº 2, of December 2019, which deals with teacher training aimed at the fragmentation of pedagogue training. The importance of pedagogy to guide social interventions in fields other than formal education was highlighted. The research results show a weakness in the initial training of professionals who work in the multidisciplinary team (pedagogue, social worker, psychologist) at CRAS, based on the different curricular matrices analyzed. It was identified that the members of the multidisciplinary team do not carry out specific work in their area, but rather fulfill the same demands as the institution. This makes the contribution of each professional difficult and vulnerable, especially the pedagogue who is the object of this study. The pedagogue mentioned that she did not participate in any training to take on the position, thus developing her professional skills based on the perception of the team's practices. Another point is the salary remuneration of the pedagogue who works at CRAS, which is lower than the others members of the multidisciplinary team. It was also noted that the professional participating in the research develops her work through the skills she acquired in practice, given the lack of professional training in the actual exercise of her role. In this sense, the study presents, in general, the need for pedagogues in these spaces and the contribution they can bring to addressing the vulnerabilities presented. The possibility of discussion and reflection on the subject is relevant with the focus on this area of activity of the pedagogue, aiming to present such aspects to society, in addition to contributing to other researchers in other areas of knowledge. In this way, the study has technical, political, social and scientific feasibility. This is an impact study, as it makes it possible to verify something that has not yet been adequately highlighted in the context of Roraima

Keywords: Pedagogy. Social assistance . Non-formal education.

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEE	Centro de Integração Empresa – Escola
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCNP	Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia
FACETEN	Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISEs	Institutos Superiores de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONGs	Organizações não Governamentais
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PMBV	Prefeitura Municipal de Boa Vista
RR	Roraima
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMGES	Secretaria Municipal de Gestão SocialRR- Roraima
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional

de Roraima

SUAS	Sistema Unificado da Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a localização dos CRAS.....	61
Figura 2 - Total de atendimentos realizados nos CRAS.....	62
Figura 3 - Registro de mulheres imigrantes no Brasil.....	63
Figura 4 - Registro de crianças e adolescentes residentes no Brasil.....	64
Figura 5 – Mapa de localização, abrangência e atendimentos dos CRAS.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Levantamento de Dissertações - pedagogo em espaço não escolar	19
Quadro 2	Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRR	52
Quadro 3	Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UERR	54
Quadro 4	Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá	55
Quadro 5	Atribuições dos profissionais de nível superior no CRAS	58
Quadro 6	Atribuições dos profissionais de nível superior	59
Quadro 7	Atuação e público-alvo do CRAS	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PERCURSO DA PESQUISA	23
2.1	IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	23
2.2	INSTRUMENTOS DE COLETAS E DE ANÁLISE	23
3	EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
3.1	POLÍTICA PÚBLICA	29
3.2	POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	31
3.3	EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	33
3.4	BREVE RELATO SOBRE A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	37
3.5	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	38
3.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE PEDAGOGIA SOCIAL	40
4	A PEDAGOGIA NO BRASIL E EM RORAIMA - ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR	45
4.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL	45
4.2	A FORMAÇÃO INICIAL DO(A) PEDAGOGO(A) PARA ATUAÇÃO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR	50
4.2.1	Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UFRR	52
4.2.2	Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UERR	53
4.2.3	Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá	54
5	A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM UNIDADES DO CRAS DA CIDADE DE BOA VISTA-RR	57
5.1	UNIDADES DO CRAS EM BOA VISTA-RR	60
5.2	SELEÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	62
5.3	A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LOCALIZADO NA ZONA OESTE DE BOA VISTA	66
5.3.1	Processo de formação do(a) pedagogo(a) que atua no Centro de	

	Referência de Assistência Social	67
5.3.2	Processo de estruturação do serviço do pedagogo no CRAS	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICES	88
	ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

O estudo surge com o escopo de abordagem no campo da educação não formal, com destaque na atuação do pedagogo na área da Assistência Social, na cidade de Boa Vista - Roraima, Brasil. A partir desse contexto, a ideia é explorar a área da Pedagogia Social, que tem sido analisada por alguns pesquisadores, como Caliman (2006) e Santos, Costa, Nunes (2017). A atuação do pedagogo em espaço não escolar é algo que tem marcado a ampliação da inserção desse profissional no mercado de trabalho, permitindo que essa formação não fique restrita ao ambiente educacional.

Dentre essas áreas em que a Pedagogia tem ocupado espaço e colaborado na organização de políticas transversais, está o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo apoiar famílias e comunidade em situação de precariedade e no processo de orientação para acesso e garantia de direitos. A política de Assistência Social tem a finalidade de oferecer serviços, benefícios, programas e projetos à população em geral, com foco no enfrentamento à vulnerabilidade social. Esses serviços são oferecidos por meio de equipamentos¹ que estão na estrutura da política pública de estado.

Com a análise de elementos do processo formativo do pedagogo com ênfase no contexto do espaço não escolar, tivemos como finalidade identificar possíveis conteúdos educacionais que podem contribuir de maneira transversal para o desenvolvimento das atividades de caráter educacional e de outras ações (in)formativas na área da Assistência Social.

O equipamento de atendimento na área da Assistência Social selecionado para realização da pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que realiza atendimentos de indivíduos em diversas situações de vulnerabilidade social², desenvolvendo inúmeros projetos sociais que envolvem participantes de

¹ **Equipamento público da assistência social:** [...] unidades públicas, que realizam atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. O atendimento é feito por profissionais como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados e pedagogos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social. (Brasil, 2017, p. 13).

² **Vulnerabilidade social:** “é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Referindo-se à situação socioeconômica de grupos de pessoas com poucos recursos financeiros, de moradia, educação e

diversificada faixa etária. Nesse sentido, foi investigado o equipamento localizado na região oeste do município de Boa Vista-Roraima, devido a abrangência territorial e populacional.

As questões enunciadas destacam a atuação do pedagogo em um espaço de educação não formal, neste caso, no âmbito da Assistência Social, atuação que vai além do campo educacional, ou seja, acontece fora das instituições escolares, buscando estratégias de articulação intersetorial de políticas públicas, com a finalidade de alcançar resoluções de problemas de vulnerabilidade social.

A atuação do pedagogo passou a fazer parte de espaços além das instituições educacionais, como corrobora Menezes e Oliveira (2020, p. 16), ao destacarem que, no Estado de Roraima,

já existe a presença destes profissionais atuando em instituições como: Tribunal da Justiça, Hospital Infantil Santo Antônio, Sistema S (SENAI, SENAC, entre outros), Departamento de trânsito, entre outros espaços que desenvolvem ações educativas (Menezes e Oliveira, 2020, p. 16).

Deste modo, observamos campos diversos para o desenvolvimento do trabalho do pedagogo e sua colaboração tendo como referências estudos teóricos da área educacional, com a transversalidade e a articulação de ideias que visam promover uma análise da realidade social de maneira crítica.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) determina que as unidades de atendimento de Assistência Social propiciam “o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social” (Medeiros, 2020, n.p). Com isso, contribuem com a sociedade visando superar ou minimizar a vulnerabilidade social, orientação nos temas transversais, efetivação de projetos educativos informais.

Nesse contexto, vislumbra-se a proposta de intersetorialidade da política pública que é algo que tem sido discutida e implementada, sobretudo, no caso de atendimento às crianças e aos adolescentes que demandam de uma rede complexa de ações que objetivam a garantia de direitos fundamentais da área da educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, segurança pública.

acesso a oportunidades para seu desenvolvimento enquanto cidadão” (Ximenes, 2010, n.p).

Para fins deste estudo, foi realizado o levantamento bibliográfico de dissertações que refletem sobre a atuação do pedagogo no espaço não escolar. A busca levou em consideração a abordagem do pedagogo na Assistência Social e suas contribuições a partir da formação educacional. O recorte temporal realizado para esta pesquisa foi as duas primeiras décadas do século XXI, pelo fato de ser o século atual e para verificar quais as pesquisas estão sendo realizadas sobre os espaços não escolares de atuação do pedagogo nesta época.

Os estudos também são referências que contribuem para situar o contexto local sobre o tratamento desta problemática, de modo que o objetivo é compreender a atuação do pedagogo na Assistência Social.

Neste estudo, procuramos identificar nos trabalhos pesquisados quais os contextos que o pedagogo está inserido e quais as suas principais atuações. Tais buscas foram realizadas a partir de sites conceituados como da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que busca a socialização e disseminação do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. Desta forma, foram realizadas as buscas no banco de teses e dissertações da CAPES, com os descritores como “pedagogo em espaço não escolar”, “pedagogo na assistência social”, entre outros.

Dentre os estudos encontrados, evidencia-se a atuação do pedagogo em diversas áreas fora do espaço escolar. O que demonstra a importância desse campo e sua intersecção com os demais campos do conhecimento. As produções científicas enfatizam diferentes áreas de investigação que têm apresentado a problemática da atuação do pedagogo em espaço não escolar. As 11 (onze) dissertações analisadas, por meio de pesquisa no Banco da CAPES, estão concentradas nas cinco regiões brasileiras: 1) Centro-Oeste; 2) Sudeste; 3) Nordeste; 4) Norte; 5) Sul. Na região Sudeste, encontrou-se o maior quantitativo de dissertações sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Percebe-se que, em todas as regiões brasileiras, foram encontrados trabalhos no contexto desta pesquisa.

Quadro 1 - Levantamento de Dissertações - pedagogo em espaço não escolar

Tema/título	Autor(a)	Área	Categoria	Ano	Instituição	UF	Região
1.O trabalho do pedagogo na Instituição não escolar	Maria Derise Fireman	Educação	Dissertação	2006	Universidade Federal de Alagoas	AL	Nordeste
2. Políticas públicas de educação nos presídios: o papel do Pedagogo em novos espaços como agente de Transformação Social	Jussara Resende CostaSantos	Segurança	Dissertação	2009	Universidade Católica de Brasília	DF	Centro-Oeste
3. O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de Pedagogia	Soraia Lourenço deAquino	Sociedade	Dissertação	2011	Universidade Federal de Viçosa	MG	Sudeste
4. O trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará: os desafios da inovação no exercício profissional	Riane Conceição Ferreira Freitas	Judiciário	Dissertação	2012	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
5. A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES	Pâmela Rodrigues Pereira	Assistência social	Dissertação	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	ES	Sudeste
6. Os espaços não escolares na formação do pedagogo	Débora Cabrera	Educação	Dissertação	2013	Universidade Cruzeiro do Sul	SP	Sudeste
7. A atuação dos pedagogos nos Espaços não formais de ensino	Sâmia Pedroza	Educação	Dissertação	2013	Universidade Estácio de Sá	RJ	Sudeste
8.O pedagogo e os espaços educativos não formais: conhecendo as organizações não governamentais (ong) de Paranaíba – MS	Simone Silveira dos Santos	Educação	Dissertação	2014	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste
9. Educação não escolar e saberes docentes na formação do pedagogo: análise de uma experiência no espaço hospitalar	Francys Sousa Rabelo	Saúde	Dissertação	2014	Universidade Estadual do Ceará	CE	Nordeste
10. O pedagogo e os espaços não escolares: a atuação nos museus	Renata do Nascimento de Souza	Cultura	Dissertação	2016	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.	RJ	Sudeste
11.Mediações pedagógicas no trabalho de educadoras sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em um município da região metropolitana de Porto Alegre	Elton Luís da Silva Petry	Assistência Social	Dissertação	2017	Universidade de Santa Cruz do Sul	RS	Sul

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Destaca-se, nesse levantamento, a identificação de um estudo defendido na região norte, na Universidade Federal do Pará. Em Roraima, não foi identificado nenhum registro de estudo *stricto sensu* que vincula a atuação do pedagogo em espaço não escolar.

Outra questão a ser apontada, para fins de apresentação dos resultados desse estudo, são os referenciais teóricos - que visam fundamentar e construir o diálogo sobre categorias como **educação não-formal, pedagogia, vulnerabilidade social e serviços públicos de atendimento multifuncional da assistência social** - são: Araújo (2020), Caliman (2006), entre outros, que enfatizam sobre a educação em um contexto não escolar, destacando que a educação acontece em diversos campos da sociedade de forma integrada ou intersetorial.

O foco deste estudo está centrado na atuação do pedagogo na Assistência Social, com objetivo de evidenciar esta possibilidade de trabalho no campo de atenção básica à população que necessita dos serviços disponibilizados nas instituições da Assistência Social do Município de Boa Vista-RR.

O curso de Pedagogia permitiu que eu tivesse a experiência de atuação neste campo não escolar. Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2013, quando ingressei no curso de pedagogia da Universidade Federal de Roraima, por conta de alguns contratemplos me formei somente no ano de 2019. Neste mesmo ano, a prefeitura de Boa Vista lançou edital de concurso público para a área da Assistência Social, e contemplava vagas para pedagogo. Realizei a prova e assumi o cargo ainda no ano de 2019, atuei por um curto tempo neste campo, pois participei de outros concursos públicos, fui convocada e assumi o cargo de professor de Ensino Fundamental do Município de Boa Vista – Roraima (RR).

Logo, a ideia da pesquisa em questão advém da minha atuação e vivência no ofício de Pedagogia na Assistência Social, desde 2019, quando aprovada no concurso público da prefeitura de Boa Vista-RR, como pedagoga para atuar no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Faz parte desse processo de conhecimento e de afirmação profissional.

Essa atuação tem sido permitida a partir da formação ampla que o diploma da Universidade Federal de Roraima - UFRR, do curso de Pedagogia, permite ao pedagogo atuação educacional e técnica. O curso de Licenciatura em Pedagogia tem sido ameaçado pela Resolução 02/2019 do Conselho Nacional de Educação que

tende a fragmentar a formação do pedagogo em cursos distintos para diploma em Educação Infantil e Educação Fundamental e Gestão estão por meio de formação complementar.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa que são apresentados nas inferências apontam a sua relevância teórica científica e social com a finalidade de analisar essa problemática e a contribuição dessa preparação para a realidade social na cidade de Boa Vista-RR. Para isto, serão analisados os documentos referenciais que normatizam a atuação do profissional pedagogo na área da Assistência Social, a partir dos diversos equipamentos que estão a serviço da política pública do SUAS, além de pesquisa de campo, com entrevista semiestruturada com os Pedagogos atuantes no Centro de Referência de Assistência social (CRAS).

A possibilidade de discussão e reflexão sobre o assunto se faz pertinente com o enfoque nesta área de atuação do pedagogo, visando apresentar tais aspectos para a sociedade, além de contribuir com os demais pesquisadores das demais áreas do conhecimento. Desse modo, o estudo tem sua viabilidade técnica, política, social e científica. Trata-se de um estudo de impacto, pois possibilita verificar algo que ainda não foi devidamente evidenciado no contexto de Roraima.

Nesta pesquisa temos como objeto de estudo a questão da atuação do pedagogo em espaço não escolar e o *locus* de investigação os CRAS situados no município de Boa Vista - RR, o problema de pesquisa em tela é: *Como se dá a atuação do pedagogo nas unidades de Assistência Social em Boa Vista/RR (CRAS)?*

Neste sentido, buscamos analisar a prática do pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na unidade de Assistência Social, localizada na zona oeste da cidade de Boa Vista, Roraima; descrever a política de assistência social brasileira; conhecer as práticas e contribuições do pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); apontar os aspectos formativos do pedagogo para atuação no espaço não escolar.

A dissertação está organizada em VI seções. Na primeira seção, apresentamos a metodologia adotada na pesquisa, sendo selecionada a partir dos objetivos propostos do trabalho, como também identificamos o campo e os participantes desta, assim como os instrumentos utilizados para a coleta e análise de informações. Na seção II, apresentamos concepções a partir dos teóricos selecionados para a composição do trabalho, que abordam a Política Pública, Política

Pública da Educação, Educação não formal, Assistência Social no Brasil e suas políticas e algumas considerações sobre pedagogia social.

Na seção de número III, discorreremos sobre o contexto histórico do Curso de Pedagogia no Brasil, a formação do pedagogo para atuação em espaço não escolar, para que venhamos compreender as questões que envolvem a criação do curso de Pedagogia no Brasil e seu processo histórico. Na seção IV, abordamos a atuação do pedagogo nas unidades do CRAS, na cidade de Boa Vista RR, visando evidenciar as atribuições do profissional neste contexto.

Por fim, expomos as considerações finais, destacando as análises, discussões e reflexões acerca da coleta de informações com as entrevistas com os pedagogos que atuam no Centro de Referência de Assistência Social em Boa Vista, RR.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O estudo em tela é de abordagem qualitativa, que consiste em um trabalho de campo. De acordo com Lakatos e Marconi (2006, p. 269), no que se refere à pesquisa qualitativa: “[...] analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento”. Desta forma, é analisado um conjunto de ações dos indivíduos, suas relações, fazendo parte também desse processo a análise de documentos e entrevistas. Assim, o pesquisador, ao utilizar tal metodologia, conseguirá possuir maior compreensão do cotidiano do ambiente.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O campo de estudo foi definido a partir da abrangência territorial e representatividade de atendimento populacional dentre os equipamentos do CRAS, na cidade de Boa Vista-RR. O critério de seleção dos participantes desta pesquisa parte da função que o indivíduo exerce dentro do equipamento de estudo. Desta forma, os participantes selecionados para a pesquisa foram pedagogos que atuam na unidade indicada para fins deste estudo. O método utilizado para a exclusão de participantes da pesquisa se deu pela verificação do cargo que exerce no CRAS, sendo os demais profissionais que não atuam como profissionais pedagogos. Nesta pesquisa, não haverá participação de indígenas.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE

Para dar andamento em uma pesquisa científica, é necessário definir os instrumentos de coleta adequados para reunir os dados. Desse modo, o instrumento de coleta utilizado no estudo foi a entrevista semiestruturada com questões relacionadas ao objeto de estudo. A ideia é reunir dados que possam contribuir para o entendimento, sobre as práticas e ações do pedagogo na Assistência Social do município de Boa Vista-RR.

O presente estudo possui Carta de Anuência assinada pela Secretaria

Municipal de Gestão Social – SEMGES, e a autorização do Conselho de Nacional de Ética em Pesquisa - Conep.

Para realização da pesquisa de campo, foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. A entrevista foi gravada, com autorização dos colaboradores, em formato de áudio para transcrição literal de suas falas. Segundo Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”. Destarte, a entrevista semiestruturada é uma ferramenta valiosa para pesquisadores que buscam uma compreensão mais profunda e holística dos fenômenos sociais. Ela permite não apenas descrever os eventos, mas também explorar e compreender os fatores que os impulsionam e as conexões entre eles. Essa abordagem mais flexível e aberta oferece uma riqueza de informações que pode enriquecer significativamente as pesquisas em Ciências Sociais.

Com a coleta de informações, realizada por meio de documentos utilizados na instituição e das entrevistas com os colaboradores da pesquisa, partiremos para categorização destas, de acordo com as informações adquiridas por meio do processo de análise de conteúdo, a partir dos passos que a técnica define.

Desta forma, a análise de conteúdo é um tipo de análise que se vincula a pesquisa qualitativa. Segundo Bardin (1977, p. 37), a análise de conteúdo se dá como um grupo que contém técnicas de análise das comunicações, com uma sistemática e com objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para Franco (2021, p. 22), “a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Também evidencia que “os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas” (Franco, 2021, p. 25). Ainda segundo a autora, traz a importância de se ter um plano de pesquisa que tem como finalidade organizar o seu processo de execução.

O delineamento de pesquisa é um plano para coletar e analisar dados a fim de responder à pergunta do investigador. Um bom plano de pesquisa explicita e integra procedimentos para selecionar uma amostra de dados para análise, categorias de conteúdo e unidades de registro a serem enquadradas nas categorias, comparações entre categorias e as classes de inferência que podem ser extraídas dos

dados (Franco, 2021, p. 33).

Um bom delineamento de pesquisa é essencial para uma investigação bem-sucedida. Ele fornece uma estrutura clara e detalhada para coleta, organização e análise de dados, garantindo que as respostas às perguntas de pesquisa sejam obtidas de forma confiável e válida. Um plano de pesquisa sólido aumenta a credibilidade dos resultados e contribui para o avanço do conhecimento em determinada área de estudo.

É importante possuir a percepção ampla na aquisição dos elementos informativos, “no universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta[...]”, pois existe uma “[...] pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística”, como destaca Campos (2004, p. 611). Por conseguinte, é fundamental adotar uma abordagem abrangente ao analisar os dados, levando em conta a diversidade de significados atribuídos pelos participantes. A análise deve ser sensível à complexidade dos fenômenos estudados e buscar uma compreensão profunda do contexto em que ocorrem.

Para a realização da análise de conteúdo, segundo Franco (2021), baseada em Bardin (1977), é necessário a organização a partir de diferentes fases de análise. Para este movimento, utilizou-se a pré-análise, categorização e a inferência. Na pré-análise, seguimos com quatro passos: a) Leitura “flutuante”; b) Escolha dos documentos; c) Formulação das hipóteses; d) Referência dos índices (Franco, 2021).

A leitura “flutuante”, “consiste em estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2021, p. 45-46). Com isso, é necessário ter acesso a textos, documento, entre outros, na área de estudo para então refletir sobre seu discurso e compreender os pontos discutidos.

Sobre a escolha dos documentos, o pesquisador irá escolher e analisar os documentos pertinentes e adequados para a coleta de informações para o problema da pesquisa (Franco, 2021). Segundo Franco (2021, p. 48):

uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar, ou não), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados fidedignos (Franco, 2021, p. 48).

Desta forma, a afirmação provisória permanece em suspenso, ou seja, não é aceita como verdadeira nem descartada como falsa até que seja submetida a uma análise aprofundada, utilizando procedimentos confiáveis de coleta e análise de dados. Somente quando os resultados desses procedimentos fornecerem evidências sólidas e fidedignas, será possível confirmar ou refutar a hipótese proposta.

Franco (2021, p.51), em relação à referência dos índices, diz:

deve-se recorrer a uma análise quantitativa sistemática para que seja possível identificar a frequência relativa ou absoluta do tema escolhido e a proporcionalidade de sua menção em relação a outros temas igualmente presentes (Franco, 2021, p. 51).

Assim, é fundamental utilizar métodos rigorosos de coleta e análise de dados para obter uma compreensão mais objetiva e precisa da importância e abrangência do tema escolhido em relação aos demais tópicos abordados. Essa abordagem analítica ajuda a proporcionar uma visão mais detalhada e embasada sobre o assunto em questão, permitindo conclusões mais fundamentadas.

Além disso, a autora, ao citar Mahl (1969), apresenta-nos um exemplo para melhor compreensão deste ponto. Vejamos.

[...] supõe-se que a emoção e a ansiedade se manifestam por perturbações da palavra, durante uma entrevista. Os índices retidos, tais como: frases interrompidas, repetições, gagueiras, frases incoerentes... e associados às suas respectivas frequências de ocorrência, transformam-se em indicadores do estado emocional subjacente do emissor (Mahl, 1969, p. 100 *apud* Franco, 2021, p. 51).

Diante disso, esses "índices retidos" ou perturbações, juntamente com suas respectivas frequências de ocorrência, podem ser utilizados como indicadores para identificar o estado emocional do falante durante a entrevista. Por exemplo, um aumento na frequência de frases interrompidas, repetições ou gagueiras pode sugerir

que o falante está ansioso, nervoso ou emocionalmente conturbado.

Na segunda etapa da análise de conteúdo, trabalharemos com o processo de categorização. Bardin (2016, p. 149) destaca que as categorias finais são consistentes de reagrupamento gradual de categorias menores de decomposição-reconstrução. A categorização, nesse sentido, constitui-se como “a passagem de dados brutos aos dados organizados”. No entanto, esta constituição não deve eliminar os seguintes critérios.

- Exclusão mútua: Na constituição das categorias, um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias.
- Homogeneidade: As categorias precisam ser homogêneas, deve-se utilizar um único princípio de classificação e organização.
- Pertinência: Para ser considerada pertinente, uma categoria deve estar adaptada ao material escolhido e ao referencial teórico que o sustenta.
- Objetividade e fidelidade: O processo de análise precisa definir claramente suas variáveis e os índices que definem a escolha de um elemento numa determinada categoria.
- Produtividade: Para ser considerado produtivo, um conjunto de categorias precisa fornecer resultados férteis, ou seja, que possibilitem inferências, novas hipóteses, e dados exatos (Bardin, 2016, p. 149).

O processo de categorização parte da classificação de elementos pelas suas diferenças, chegando no reagrupamento de informações e que refletem os elementos que contribuem para organizar os dados.

A Terceira etapa se constitui da apresentação das Inferências (apresentação dos resultados). Para Franco (2021, p. 27), “a inferência é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação”. Ainda, segundo a autora:

[...] produzir inferências em análise de conteúdo tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade (Franco, 2021, p. 28).

Então, para a realização da inferência da análise de conteúdo, o pesquisador levará em consideração as informações obtidas por meio da pesquisa, a base teórica e o contexto social do entrevistado, realizando o tratamento deles para a construção da inferência dos dados.

O caminho percorrido na análise de conteúdo contribui para a organização e eficiência da pesquisa, em que se elimina as questões que não somam e se concentra nas análises e ações que cooperam no objetivo.

Para embasamento e apoio para tal pesquisa, buscamos aprofundamento nos estudos de teóricos e na construção das inferências com base na análise dos dados coletados e devidamente organizados, a partir do processo de categorização.

Posteriormente apresentamos algumas concepções sobre Educação e Assistência Social, a partir de embasamentos teóricos estudados.

3 EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

Esta seção destina-se compreender concepções sobre a Política Pública, Política Pública da Educação, Educação não Formal, Assistência Social no Brasil e suas políticas e algumas considerações sobre a Pedagogia Social, em uma perspectiva teórica com embasamento teórico que fundamenta a análise deste panorama.

3.1 POLÍTICA PÚBLICA

Alguns serviços assistenciais são disponibilizados à população por meio de políticas públicas. Sobre os diferentes conceitos para a expressão política pública, aqui trazemos um conceito referenciado por Melazzo (2010).

Podemos definir política pública como toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras. Isto é, trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos/problemas, previamente selecionados, linha essa que se materializa/consustancia, na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de um arcabouço legal – a lei ou o conjunto de leis (Melazzo, 2010, p. 14-15).

Aqui, a política pública é percebida como medidas realizadas para resolver situações problemas, desenvolvidas pelo poder público em campos específicos para atender demanda da população, com a possibilidade de ter uma legislação para regulamentação de tais ações com objetivo de institucionalização com vistas a implementação.

Ainda neste debate, Costa (1998, p. 07), ao apresentar a definição de política pública, salienta que “o espaço de tomada de decisões autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesse.”

Neste contexto, destaca-se a responsabilidade do governo sobre a

autorização e o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para situações pontuais da população e/ou ações de fundo que visam atender a garantia de direitos fundamentais como saúde, educação e ações de cunho social.

Os movimentos, os instrumentos e a organização necessários para a concretização das ações de políticas públicas são diversos, pois é necessário, antes de tudo, uma visão da necessidade real de cada área, seja ela educacional, financeira, entre outras, por meio da realização de um diagnóstico e da organização de um plano de ação, visando atender as necessidades destes indivíduos. Em princípio, a definição apresentada por Costa (1998) evidencia que a política pública tem a finalidade de transformar uma determinada realidade social, sendo destinada a todos os cidadãos independentes de classe, gênero, raça, religião. Ainda que essa forma de abrangência é analisada de maneira crítica, devido a limitação que ela apresenta na realidade concreta.

Sobre a sistematização para a efetivação destas políticas, Heidemann (2010) destaca quatro etapas que têm como finalidade a sua definição: a) Decisões de políticas para o problema anteriormente estudado; b) Formulação seguida de implementação das demandas apresentadas; c) Analisar se a população que necessitava das ações demandadas fora satisfeita; d) Avaliar se a política pública deve ser continuada, aperfeiçoada, reformulada ou descontinuada.

Com isso, observamos que para o desempenho de uma política pública, faz-se necessária uma organização com aspectos centrais, objetivando alcançar a intenção e os objetivos apresentados em sua formulação com vistas a atender a tais demandas, sendo, etapa inicial, o problema que a política pública pretende abordar é identificado e estudado em detalhes. Isso envolve a análise de dados, evidências e pesquisas relevantes para compreender a natureza do problema, suas causas e suas implicações. Com base nessa compreensão, são tomadas decisões sobre as políticas a serem desenvolvidas para enfrentar o problema.

Após a definição das políticas necessárias para abordar o problema, elas são formalmente formuladas e planejadas. Isso inclui a elaboração de diretrizes e estratégias específicas para implementar as ações propostas. Em seguida, a política é colocada em prática, e a implementação é iniciada.

Posterior, avalia-se se a política implementada está alcançando os resultados desejados e atendendo às necessidades da população afetada pelo problema. São

utilizados indicadores e dados relevantes para verificar se a política está sendo eficaz e se está proporcionando os resultados esperados.

Por fim, consiste na avaliação da política pública em sua eficácia e eficiência. Com base nos resultados obtidos e nos *feedbacks* recebidos, decide-se se a política deve ser mantida sem alterações, aprimorada, reformulada ou até mesmo descontinuada caso não esteja alcançando os resultados desejados.

Essas quatro etapas de Heidemann (2009) formam um ciclo de políticas que visa garantir que as decisões de políticas públicas sejam tomadas de forma informada, considerando os resultados, a efetividade e a necessidade contínua de cada política em relação ao problema a ser abordado. É um processo iterativo, no qual as políticas são constantemente revisadas e ajustadas, com base na avaliação dos resultados e nas necessidades da população afetada.

3.2 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Em razão do desenvolvimento da educação formal, decorrem as políticas públicas em educação a partir das ações realizadas por governos que visam garantir a disseminação do conhecimento para a população em geral, sem discriminação de qualquer condição, seja ela política, social, econômica ou cultural. A partir dessa perspectiva, a educação é considerada a base para que os indivíduos possam, de maneira individual e/ou coletiva, contribuir com os processos de integração, socialização e desenvolvimento social.

A educação, em sentido amplo, não integra somente as ações realizadas por meio das instituições educacionais, ela também ocorre no seio familiar e dos diferentes processos de socialização, podendo ser dividida em educação formal (escolarização) e educação não formal (que acontece além dos muros das escolas). Esta contribui para a disseminação do conhecimento com a finalidade de promover uma formação cultural de um povo e de uma sociedade, de acordo com o contexto histórico, social e político.

Com o avançar dos séculos, a percepção de educação pela sociedade foi mudando, percebe-se o impacto que sua ausência causa na vida das pessoas, ou para a sociedade em geral, em determinado momento histórico. Pinto e Dias (2018)

entendem que a educação tem uma forte influência nas mudanças da sociedade. E que esta fortalece as aptidões essenciais do indivíduo e sinaliza o nível de desenvolvimento da sociedade (Pinto; Dias, 2018).

Assim, exigiu-se por direito a escolarização das pessoas, e, a cada conquista, esse direito se convertia em legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (1996), a Política da Educação Inclusiva, entre outros. A LDB em seu Art. 2º estabelece:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996, p.1).

Dessarte, a LDB (1996) enfatiza que a educação é uma missão conjunta da família e do Estado, baseada em princípios de liberdade e solidariedade humana. Seus objetivos são o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para a cidadania ativa e sua qualificação para o mercado de trabalho, visando formar indivíduos completos, conscientes e engajados com a sociedade em que vivem.

Ferreira e Santos (2014) destacam a perspectiva ampliada de entendimento e repercussão da política pública educacional.

É importante observar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes às escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas (Ferreira; Santos, 2014, p. 145).

Nesse contexto, a educação é percebida como uma política importante para o desenvolvimento das pessoas e para construção de uma sociedade. Pois, a educação, seja ela formal ou não formal, pode contribuir para a vida, o desenvolvimento social, individual, coletivo, em determinado momento histórico.

O quesito qualidade é indispensável ao tratarmos de educação, sendo assim, Gadotti (2019, p. 74) salienta que a “qualidade significa melhorar a vida das pessoas [...]. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar”. Ainda de acordo com o autor,

é preciso destacar que “para ser de qualidade, a educação precisa construir sujeitos e direitos, inclusão cultural e social, qualidade de vida” (Gadotti, 2019, p. 75).

A necessidade de uma qualidade educacional, expressa por Gadotti (2019), está vinculada ao desenvolvimento da educação formal, a qual está relacionada à escolarização das pessoas. A estruturação da educação formal acontece a partir do percurso curricular, organizado nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e o Ensino Superior. Há um conjunto de conteúdos determinados e o processo de certificação ao longo das etapas percorridas. Além da inserção social dos sujeitos, há um componente de acesso ao conhecimento e de formação específica profissional a partir das diferentes áreas, considerado como instrução. Por sua vez, a educação não formal tem um campo mais amplo. Para melhor compreensão, discorreremos este assunto a seguir, pois é a centralidade do objeto de estudo em curso.

3.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal acontece em diversos meios, de diferentes formas e ações, oferecendo para a comunidade contribuições consideráveis para o meio social, evidencia diferentes contextos, pensamentos e conhecimentos, visa a inserção individual e/ou coletiva. Há trocas de experiências e socializações culturais de acordo com os contextos locais e históricos.

Como apontado anteriormente, o conceito de educação é amplo, dá-se em diferentes espaços. Brandão (1985, p. 09) afirma:

não há uma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor, o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante (Brandão, 1985, p. 09).

No contexto da educação não formal nas instituições de Assistência Social, o pedagogo desenvolve um papel fundamental, podendo ser percebido como Pedagogo Social. Para Santos, Costa, Nunes (2017, p. 63):

o conceito de Pedagogia Social se expandiu atrelando a educação fora do âmbito da escola e da família sendo entendida como uma tarefa

educativa social e estatal em que suas experiências vão além do contexto familiar e escolar (Santos, Costa, Nunes, 2017, p. 63).

Para Libâneo (2005), a educação não se restringe somente nas instituições de ensino regular, esta parte para os ambientes mais diversificados.

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos (Libâneo, 2005, p. 27).

Com isso, podemos considerar que a educação das pessoas vai além dos processos didáticos escolares, partindo para os locais variados de uma sociedade e diferentes encontros, aos quais os sujeitos são submetidos ao longo da sua vida. A educação, em seu conceito amplo, é algo nato, faz parte do nosso processo de construção social e identitário. Brandão (1985, p. 07) corrobora com tal concepção ao dizer: “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar [...]”. Sobre isto, Santos, Costa, Nunes (2017, p. 63) afirmam que “faz-se necessário perceber a pedagogia social como um conhecimento pedagógico da inadaptação social que [...] envolve um conjugado de sujeitos como: a escola, a família, a igreja, o estado [...]”, entre outros.

Gohn (2006, p. 03) aponta algumas orientações para trabalhar no contexto da educação não formal, podendo ser utilizados por alguns grupos:

Consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
 construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo;
 contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
 formar o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho);
 Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam,

simplificadamente, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para de ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas religiosas, culturais etc.); Os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca (Gohn, 2006, p. 03).

Assim, espera-se que, com os trabalhos realizados no âmbito da educação não formal, as pessoas possam desenvolver alguns direcionamentos para alterar o caminho percorrido que os deixam insatisfeitos dentro do contexto da comunidade.

Segundo Fireman (2006, p. 66), o pedagogo faz atividades no contexto não escolar com caráter investigativo

quando buscam um diagnóstico do campo e realidade em que se dará o processo de ensino-aprendizagem; explicativa da prática pedagógica, ao estabelecerem métodos e técnicas de acordo com a realidade na qual se dará o fenômeno educativo (Fireman, 2006, p. 66) .

A abordagem investigativa e adaptativa do pedagogo é essencial para garantir que o ensino e a aprendizagem sejam relevantes, significativos e efetivos para os alunos. Ao compreender a realidade e adequar suas práticas pedagógicas a essa realidade, o pedagogo cria um ambiente educacional mais propício ao desenvolvimento e sucesso, com maiores chances de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais favorecedor e eficaz.

Gadotti (2005) declara que a educação não formal diverge da educação formal, pois, a educação não formal demonstra menor hierarquia e processos burocráticos como no ensino formal das instituições educacionais. Na educação não formal, não há um planejamento linear como na educação formal, com uma trajetória bem definida e organizada hierarquicamente e com processo de certificação.

Para Nascimento *et al.* (2010, p. 63), no espaço não escolar, o fazer pedagógico tem como centro fomentar transformações nos indivíduos participantes das intervenções, e para isso, tem-se a necessidade de se ter metas e sistematização. Com isso, o fazer pedagógico em espaços não escolares tem como foco promover transformações nos indivíduos participantes, sendo necessário estabelecer metas claras e seguir uma abordagem sistematizada para alcançar esses objetivos. Essa

abordagem pode ser aplicada em diversos contextos fora do ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos participantes e possibilitando a construção de uma aprendizagem significativa e transformadora.

A partir dessa definição de educação não formal é que foi incluído, para fins deste estudo, a atuação do pedagogo no CRAS, uma vez que esse espaço de atuação não se sustenta enquanto um espaço educativo formal. Ainda que parte do público que é atendido tenha vínculo direto com a educação formal e dela decorre as articulações com a rede de proteção.

A respeito da educação não formal, serão apresentadas quatro dimensões, ou campos, que caracterizam esse tipo de ação.

O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadão, isto é o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e de natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. [...]. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. [...] O quarto, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Neste caso, o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam aquelas práticas (Gohn, 1999, p. 95-96).

É nesse sentido que se observa a importância dessa educação e sua contribuição para a formação de pessoas. Portanto, podemos dizer que a educação não formal é qualquer processo educacional organizado ou não, com objetivos exatos que ocorre fora do sistema formal. Isso não quer dizer que não exista certo grau de formalidade, porém é diferente daquela que se apresenta na escola. Em alguns setores, é mais estruturada como no campo sindical, por exemplo, com a organização do processo de formação política, e no âmbito familiar, quando não se tem um roteiro ou necessariamente uma programação interventiva definida. São exemplos que estão dentro desse escopo geral apresentado pelo autor a partir das dimensões enunciadas.

A Assistência Social tem se articulado com a área do conhecimento da Educação. Essa política conquistou espaço com o passar dos anos, abarcando um

olhar crítico e reflexivo acerca das necessidades das pessoas que fazem parte do nosso meio social e que realmente necessitam serem vistas como cidadãos com direitos e deveres (Pereira, 2007). Dela decorre processos de acompanhamento e ações que visam a garantia de cumprimentos de direitos fundamentais, como é o caso da educação formal destinadas às crianças e aos adolescentes.

3.4 BREVE RELATO SOBRE A ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A área da Assistência Social sofreu diversas modificações, desde a segunda metade do século XX até o período atual. No Brasil, as reformulações e atuações se consolidaram em políticas públicas que têm objetivado valorizar o cidadão e estabelecer direitos e deveres a partir da responsabilização do Estado.

Nesse contexto, salientamos três acontecimentos em especial que marcaram a realidade brasileira, são eles: a promulgação da Constituição Federal 1988, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, e, mais recentemente, a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com Pereira (2007), esses três acontecimentos representam a institucionalização de um novo modelo de gestão que regula e organiza, em todo território nacional, as ações socioassistenciais, dando responsabilidade e competências para municípios, estados e União.

Nesse sentido, a política de assistência social estabeleceu a proteção social especial que exige atenção em serviços ou centros especializados. Os serviços são voltados à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

O primeiro nível de atendimento se caracteriza por serviços que oferecem atendimentos às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, tendo como referência para o atendimento o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O segundo nível busca garantir a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (Brasil, 2004).

Vale destacar como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se caracteriza: “é um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o

objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade” (Brasil, 2015, n.p). Assim, o CRAS é uma instituição pública que oferece serviços de assistência social em áreas de maior vulnerabilidade social, buscando fortalecer a convivência familiar e comunitária. O CRAS tem como objetivo promover a inclusão social, a proteção e o desenvolvimento dos indivíduos e famílias que enfrentam dificuldades socioeconômicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Como ressalta Couto *et al.* (2010, p. 252), “a proteção especial ainda carece de maturação e compreensão”, fato este que reflete na dificuldade dos gestores e das equipes técnicas em definir como se estrutura o atendimento e o campo de ação. Dentre as mudanças esperadas, pode-se apontar a necessidade de uma política apropriada de recursos humanos que garanta formação adequada, capacitação continuada e valorização profissional, que vise se afastar de práticas históricas assistencialistas, clientelistas e preconceituosas e consolidar sua ação na proteção social e garantia de direitos.

Os fenômenos sociais, que são focos de atenção do CRAS, estão para além das populações vulneráveis financeiramente. Trata-se de violação de direitos que geram situações de risco pessoal e social, fragilização ou rompimento de vínculos e violência intrafamiliar ou doméstica.

O fortalecimento desses instrumentos é decorrente da necessidade social, sobretudo, da população vulnerável. Há um conjunto de ações realizadas e, por essa razão, a necessidade de um conjunto de profissionais, dentre eles o pedagogo. Dessa maneira, é que surge a curiosidade epistemológica de compreender o lugar desse profissional em um campo que amplia o seu escopo de atuação e promove o que classificamos de intersetorialidade, quando diferentes áreas de conhecimento atuam juntas para sanar determinados problemas sociais.

3.5 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Pública, no campo social, é uma ferramenta do Estado Moderno para realizar intervenções necessárias para proporcionar e garantir os direitos e a dignidade da população. Assim, como em diversos campos, foi necessário a mobilização, a busca por igualdade e reivindicações de direitos, na área da assistência social não foi diferente.

Sousa *et al.* (2013, p. 2) evidenciam o seguinte:

As Políticas Sociais no Brasil começaram a surgir no início do século XX como alternativa para apaziguar os conflitos que existiam entre as classes sociais, conflitos estes decorrentes do processo de consolidação do sistema capitalista, a fim de harmonizar essas relações, e não com o intuito de gerar o bem estar social. A implantação das políticas sociais no Brasil se deu em um processo lento, estas foram construídas por meio de muita luta e reivindicações da classe trabalhadora (Sousa et al. 2013, p. 2) .

Desta forma, a busca por igualdade social tem como finalidade requerer direitos antes negados. Essas lutas foram mostrando resultados positivos, com a elaboração de leis e políticas públicas instituídas após o período de redemocratização do país.

Sousa *et al.* (2013, p. 02) relatam ainda: “A Constituição Federal de 1988 é o marco legal da passagem da assistência como ação caritativa para a compreensão das transformações e redefinições do perfil histórico das políticas sociais”, sendo classificada “como política de seguridade social e de direito do cidadão e dever do Estado”.

Sobre a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 203, é destacado que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Ainda, descreve os objetivos, sendo:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988, p.122).

A partir da Carta Magna, foram elaboradas outras legislações, visando garantir ações na área da Assistência Social em atendimento às demandas sociais. Dentro do processo de reafirmação dessa política e sua institucionalização, podemos citar a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), que, conforme

expressa: “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”. Traz um conjunto de direitos do cidadão que necessita deste amparo, entre outros aspectos. O Art.1º da LOAS/1993 determina:

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

O estudo em tela aponta que a Assistência Social, na contemporaneidade, tem se definido como uma área voltada ao atendimento da vulnerabilidade social, centrada na identificação do problema e na formulação de políticas públicas que visam enfrentar essa realidade social, na superação limitada por uma política de assistência para uma política de garantia de direitos. Essa articulação tem sido realizada por um conjunto de movimentos sociais que tem disputado no contexto político essa afirmação.

Sousa *et al.* (2013) e Pereira (2007) destacam tais avanços e modificações a partir do processo de institucionalização dessas políticas, por meio da legislação, com vistas a garantir direitos sociais fundamentais. Os autores também ressaltam as articulações de intersectorialidade das diferentes áreas, como é o caso da Assistência Social e Educação, objeto deste estudo.

É importante fazer um breve histórico do curso de Pedagogia, graduação que forma o profissional centro da pesquisa, tema que será abordado adiante.

3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE PEDAGOGIA SOCIAL

As demandas educacionais e sociais estão aumentando as necessidades dos participantes da escola, o que sinalizou a necessidade de novos conceitos de educação. Este estudo tem por finalidade compreender melhor sobre a Pedagogia Social, tecendo alguns comentários sobre como ela contribui para a formação educacional do aluno e sua melhor participação cidadã.

Compreender essas questões amplia o horizonte para a criação de uma pedagogia mais humanizada e sensível às necessidades das pessoas. Observar essas questões, que envolvem a questão da Pedagogia Social, também revelam

como o professor possui um papel muito importante na dimensão da emancipação do aluno em sua vivência educacional na escola.

Os estudos sobre Pedagogia Social estão fundamentados ao redor das relações de sociabilidade para a formação humana com maior participação cidadã dos envolvidos, buscando um contexto mais efetivo de políticas, éticas, estéticas, lúdicas e afetivas para abranger promover a inclusão de pessoas que mais comumente estão em situação de exclusão do cenário da educação. Há, então, espaços não formais que deveriam abarcar melhores possibilidades pedagógicas que superem obstáculos presentes nos ambientes escolares, familiares, sociais, que se apresentam como desigualdade, exclusões e vulnerabilidade social. As questões que envolvem a Pedagogia Social tratam sobre a necessidade de reconhecimento de lutas sociais por direitos que atendam às minorias sociais para que tenham ação igualitária em diferentes cenários e relações socioeducativas (Machado, 2010).

Caliman (2006, p.2) nos apresenta a definição de Pedagogia Social:

[...] como uma ciência prática, social e educativa, não formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização [...], a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais (Caliman, 2006, p.2) .

Destacando que a Pedagogia Social é uma ciência prática e social que busca compreender e agir sobre questões relacionadas à socialização, à prevenção de problemas sociais e à satisfação das necessidades fundamentais das pessoas. Ela atua em contextos não formais, buscando promover uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, por meio da educação e da intervenção social.

Araújo (2020, p. 6), ao refletir também sobre a Pedagogia Social, diz que ela é:

intermediadora, traz em seu cerne a facilitação da convivência, do diálogo entre os envolvidos, atenua o sofrimento causado por relações pedagógicas segregadoras, preconceituosas, promove a emancipação humana a cultura da paz e a justiça social (Araújo, 2020, p. 6).

Nesta reflexão, podemos compreender que a Pedagogia Social desafia práticas educativas segregadoras e preconceituosas, buscando criar ambientes inclusivos, promover o diálogo e a convivência harmoniosa. Ela tem uma abordagem

mediadora, focada na promoção da emancipação humana, da cultura da paz e da justiça social, com o objetivo de contribuir para o bem-estar e desenvolvimento integral das pessoas e da sociedade como um todo.

Ainda, Araújo (2020) destaca a possibilidade de desenvolver uma Pedagogia Social como antidesestino, que seria a mudança da rota ou do futuro indesejado, colocando em movimento o indivíduo ou sociedade inerte para agir no sentido oposto da realidade vivida, buscando formas para concretizar as mudanças necessárias.

Além disso, Araújo (2020) nos apresenta os 3 “As” da Pedagogia Social: Aceitação, Acolhimento e Aprendizagem, sendo como direcionamentos para que, de fato, aconteça a valorização das pessoas, destacando princípios que a ciência deixou de lado, mas que se faz pertinente para uma sociedade. Entendendo como estado de emergência cenários que decorre no mundo, como a pobreza, desemprego e a fome. Estes acontecimentos podem e devem ser os problemas analisados pela Pedagogia Social, pois, na reflexão e no diálogo, busca-se ações que superem as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Para os problemas sociais “não existem soluções prontas, o que existe é a superação a partir da pesquisa-ação, estudo e boa dose de coragem” (Araújo, 2020, p.13).

A Pedagogia Social é um ramo de conhecimento em expansão de pesquisa estruturante no país. Constitui ações para a promoção de educação não-formal, baseada em determinados tipos de aprendizagem social que atinja grupos minoritários específicos da população geral, adultos ou crianças. Essas ações buscarão atuar, com maior responsabilidade social, aumentando a qualidade de vida e vivências das pessoas que participam de suas realizações. Existem diversos movimentos bem definidos no processo de organização da estrutura da Pedagogia Social, como um cenário acadêmico e profissional. Há, ainda, uma ênfase maior nas reflexões sobre as políticas públicas que atendam a infância e o adolescente em situação de vulnerabilidade social, ou privados de liberdade, abrigados, ONGs, estabelecimentos de saúde, entre outros (Machado, 2010).

Durante o processo de formação e constituição do profissional docente, há várias possibilidades que vão se apresentando como elementos potencializadores do trabalho pedagógico, sendo estas ações que buscam melhorar e aumentar a humanização dos processos de ensino e aprendizagem, frente aos contextos de

diversidade de diferentes realizações a que os envolvidos presenciam. Essas experiências podem ser vivenciadas por meio de uma prática dentro da sala de aula, desenvolvendo experiências de aprendizagem, com o objetivo de compreender as relações presentes na sociedade e a necessidade de ensinar e aprender coletivamente, estabelecendo diálogos amplos que compreendam um e outro, como parte do todo em que está inserido (Pacheco; Barbosa; Fernandes, 2017).

Diante disso, a Pedagogia Social é vivenciada de maneira compromissada na busca pelo desenvolvimento integral do educador e do educando, criando assim uma abordagem mais humanizada e preocupada nas relações de ensino. Existe uma maior preocupação com as ações que devem refletir maior responsabilidade com as práticas, metodologias e realizações que se baseiam em estratégias que utilizam maior atenção e cuidado. Essas estratégias estimulam a importância de uma maior participação nas atividades propostas, aumentando a extensão de uma aprendizagem reflexiva, dialógica para a formação humana, social e profissional (Menezes, 2010, p. 14).

Dias e Severo (2018) destacam que é indispensável uma formação docente que atue em diferentes contextos sociais, que amplie ações diante de diversidades existentes nos grupos sociais que se atende, buscando solucionar suas mais diversas demandas, com base em formação cidadã no contexto escolar. Essa ação é importante para promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária. A Pedagogia Social, então, poderia ser compreendida como uma ação cultural humanizada efetiva diante da experiência formativa do aluno e do professor, sendo um direito de apropriação de direitos sociais já alcançados pelas lutas de diferentes grupos sociais, diminuindo os contrastes sociais, na busca por um projeto humano mais amplo, fundamentado no diálogo e na participação dos envolvidos.

Charlot (2001) também esclarece que a Pedagogia Social tem como fundamento central a ação dialética, como base de um processo de acolhimento e tratamento das diferenças, na busca por uma educação mais efetiva e humanizada, ampliando a participação em diferentes contextos socioculturais, estabelecendo e integrando falas e participação em diferentes saberes. A Pedagogia Social cria corpo em uma busca mais avançada por formalizar processos de construção significativa da prática docente, na construção de diálogos mais amplos e eficientes entre os mundos, tanto do professor, como do aluno.

Nesse contexto, exige-se um aperfeiçoamento do pedagogo para que amplie horizontes para sua prática docente. Esse aperfeiçoamento não trabalha somente a atuação em sala de aula, mas a criação de possibilidades de uma melhor vivência das experiências, dedicando tempo, acolhimento, ações mais sensibilizadas, em uma visão mais altruísta que promove satisfação dos envolvidos, sorrisos francos e maior calor ao coração humano. A Pedagogia Social busca espaços mais amplos de atuação humanizada do pedagogo, superando os obstáculos e dando maiores ferramentas para as relações de fragilidade presentes na essência humana, abraçando-o afetivamente com a educação (Graciani, 2006).

Assim, quando se menciona a Pedagogia Social, não há uma ação limitada a uma dimensão social, que privilegia uma relação efetivamente constituída em uma comunidade educativa onde reside o amplo diálogo e participação dos indivíduos. Essa dimensão sociopedagógica não se relaciona unicamente com a sociedade, mas com o indivíduo que nela atua, o educando não ser observado como um “caso” ou “cliente” a ser bem ajustado socialmente, mas a um indivíduo a ser respeitado e orientado. Percebe-se, portanto, que a Pedagogia social tende a ser mais participativa, baseando suas ações em diálogo e melhor participação sociocultural.

Diante do apresentado, a educação surge como uma dimensão social educacional, voltada a melhor participação e humanização no atendimento escolar. Esse olhar mais sensível é o que torna a prática pedagógica mais participativa e coletiva, superando contextos de exclusão e preconceito.

O trabalho educativo se torna garantidor de direitos das minorias, dando maior voz aos seus envolvidos em uma dimensão de amplo exercício de cidadania. Este trabalho serviu para compreender melhor essas questões.

Logo após, adentraremos no contexto histórico da Pedagogia no Brasil, para compreendermos sua trajetória.

4 A PEDAGOGIA NO BRASIL E EM RORAIMA - ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

Este estudo tem como finalidade compreender sobre o Contexto Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil. Esse curso teve várias mudanças no decorrer de seu processo de formalização, até se apresentar nos moldes do momento presente. Essas modificações foram se adequando às necessidades históricas e sociais no passar do tempo.

A abordagem do tema utilizou alguns autores que publicaram seus estudos sobre esse cenário enfocado, o que permitiu melhor aprofundamento da contextualização do assunto trabalhado.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

Compreender essas questões, que envolvem a criação do curso de Pedagogia no Brasil, ajudam a observar como aconteceu o seu processo histórico. Ainda que não seja objeto do estudo, é primordial para refletir a problemática da atuação do pedagogo em espaço não escolar.

No decorrer do século XIX até o início da década de 1930, os professores brasileiros eram formados pela Escola Normal (Brzezinski, 1996). Durante esse momento histórico, a Escola Normal foi sendo promovida por diferentes institutos educacionais. Como explica Tanuri (2000), a formação de professores da educação primária era formalizada em dois anos, a mesma havia uma grade composta de disciplinas voltadas para Fundamentos Educacionais e, ainda, Metodologias e Práticas de Ensino. O instituto de Educação ofertava cursos de especialização, formação aperfeiçoada, extensão e correlatos.

Assim, entende-se que o Curso de Pedagogia foi criado na década de 1930, mais especificamente no ano de 1939, por meio do decreto-Lei 1190, vindo a ser estruturado academicamente com base em moldes definidos na Organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Esse Decreto-Lei determinava a autorização e normalizava a duplicidade funcional dos cursos superiores, ou seja, a formação de bacharéis e licenciados em diferentes áreas de conhecimento, entre elas

a Pedagogia. Esse seria o novo padrão nacional deste curso (Gallo, 2007).

Sobre esse assunto, ainda deve ser observado que com o Decreto-Lei 1190/1939 houve a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, com base na Lei n.º 452 de 5 de julho de 1937, vindo a receber o nome de Faculdade Nacional de Filosofia (Gallo, 2007).

O Curso de Pedagogia no Brasil se baseou em compreender e praticar os processos formativos para a educação e didática aplicada ao ambiente escolar, mais especificamente às ações educacionais formativas para as crianças inseridas nos anos iniciais da rede de ensino, criada no país, e ainda o trabalho de gestão educacional. Deve ser observado que os primeiros modelos aplicados a esta finalidade tiveram como objetivo principal o “estudo do ensinar”, com fundamento no Decreto-Lei de n.º 1190/1139. Nesse período, o curso de Pedagogia tinha um alinhamento de forma 3+1, ou seja, o curso ofertava também o título de bacharelado a quem completasse o regime formativo de 3 anos voltados a essa área de conhecimento, sendo o título de licenciado aos que tivessem interesse em trabalhar como professores, atuando, assim, mais em uma base didática e prática do ensinar (Gallo, 2007).

Mais a frente, no ano de 1968, o curso de Pedagogia se dissociou do Curso de Filosofia, com a criação da Lei n.º 5.540/68, que determinou que o curso de Pedagogia fosse ofertado por faculdades de Educação que deveriam ser reguladas pelo Parecer nº 252/69. Nesse mesmo ano, foi ainda aprovada essa segunda regulamentação que também foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação – CFE. Este parecer tinha como foco a reformulação dos currículos base e a necessidade de que fossem abordados elemento fundamentais como: habilidades pedagógicas, estágio supervisionado, o tempo de duração da formação acadêmica na área, a diferenciação entre o bacharelado a e licenciatura e os estudos em nível de pós-graduação (Cruz, 2009).

Posteriormente, entre 1975 e 1976, houve avanços na concretização da formalização do Curso de Pedagogia, quando foram criadas as indicações n.º 67, 68, 70 e 71 do CFE, em que o legislador tratou de definir melhor todo o processo formativo do profissional da Pedagogia no país. Essas indicações foram conhecidas como o Pacote Pedagógico que efetuou fortes mudanças na formação dos Professores da Educação, tido como o fim do Curso Normal Superior, vindo a ser um novo curso mais

específico, o que passou a ser um curso com inconsistências definidoras, visto que tinha seu arcabouço teórico na Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, entre outros ramos de conhecimento. Havia ainda um forte questionamento sobre seu principal objeto de estudo e qual seria realmente o profissional que se objetivava em formar.

Entre as Leis que estruturaram o Curso, a Lei 9394/96 tem contribuído nesse contexto, tendo em vista que deu corpo e identidade ao Profissional da Pedagogia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- (Lei n.º 9394/96) evidenciou a identidade do Pedagogo, bem como os campos de sua atuação no mercado de trabalho. A LDBEN - Lei nº 9394/96 ainda define os campos de atuação e a estrutura curricular do Pedagogo, mais especificamente nos artigos 62 e 63 (Brasil, 1996, p. 32):

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (Brasil, 1996, p. 32).

Os Artigos 62 e 63 apontam que os Institutos Superiores de Educação – ISEs e as universidades seriam os estabelecimentos que ofertariam essa formação. Isso lançou oportunidades de formação para esses profissionais e sua atuação em território nacional (Brasil, 1996). Atualmente, esses profissionais são fundamentais na garantia de formação educacional na Educação Básica no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, é um marco importante na legislação educacional brasileira, tendo impacto direto nas discussões sobre o curso de Pedagogia. Esta lei estabelece as bases para a organização e o funcionamento do sistema educacional do Brasil, desde a educação infantil até o ensino superior. Portanto, as discussões relacionadas à LDB de 1996 são

cruciais para a compreensão da formação de pedagogos no país.

Uma das principais discussões em torno da LDB de 1996 foi a sua orientação para a diversificação da formação dos pedagogos, possibilitando a sua atuação para além da sala de aula. Antes dessa lei, o curso de Pedagogia tinha uma abordagem mais generalista, preparando os profissionais para atuar somente nos níveis de ensino, da educação infantil ao ensino fundamental. No entanto, a LDB de 1996 permitiu a especialização dos pedagogos em áreas específicas, como gestão escolar, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Essa mudança provocou debates sobre a qualidade e a relevância da formação desses profissionais, pois havia a argumentação que a especialização poderia resultar em uma formação fragmentada e menos abrangente.

Outra discussão relacionada à LDB de 1996 foi a inclusão da educação a distância como modalidade de ensino. A lei permitiu o uso dessa modalidade em cursos de graduação, incluindo Pedagogia. Isso gerou debates sobre a qualidade da formação de pedagogos que optassem por essa modalidade, bem como questões relacionadas ao acompanhamento e à fiscalização dos cursos a distância.

A LDB de 1996, também introduziu a obrigatoriedade do estágio supervisionado para estudantes de Pedagogia, promovendo a práxis. Essa mudança gerou discussões sobre a necessidade de uma melhor articulação entre as instituições de ensino superior e as escolas onde os estágios eram realizados, visando garantir uma formação mais consistente e adequada às demandas do mercado de trabalho. Peternella (2016), destaca que,

Até a publicação da LDB nº. 9.394/96 houve intensos debates referentes à concepção de formação defendida pelas entidades representativas do Movimento dos Educadores que tramitaram no Legislativo. Após a promulgação da LDB nº.9.394/96 houve a necessidade de regulamentações de vários aspectos, por meio de Decretos, Pareceres e Resoluções, definindo-se novas Diretrizes para o Ensino Superior, entre estas, as da formação dos profissionais da educação (Peternella, 2016, p.214).

A LDB estabeleceu diretrizes gerais para a educação no Brasil, mas muitos detalhes e especificidades necessitaram de regulamentação adicional para a sua implementação efetiva. Essa regulamentação foi feita por meio de Decretos, Pareceres e Resoluções, os quais tiveram o papel de definir e esclarecer aspectos específicos, incluindo aqueles relacionados à formação dos profissionais da

educação. Essas novas diretrizes para o Ensino Superior e para a formação dos profissionais da educação eram fundamentais para alinhar a educação no Brasil com as mudanças trazidas pela LDB de 1996, aqui podemos salientar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, de 2006.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, de 2006 (DCNP), foram estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de orientar e padronizar a formação de pedagogos em todo o país.

Estas diretrizes são um reflexo das mudanças e desafios que o sistema educacional brasileiro enfrentava na época. Elas buscaram abordar diversas questões, tais como a necessidade de uma formação mais sólida para os professores, a diversidade cultural e a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, bem como a importância da interdisciplinaridade e a valorização da prática pedagógica.

Um dos principais pontos abordados nas diretrizes foi a busca por uma formação de pedagogos mais ampla, com a inclusão de disciplinas que abordassem temas como psicologia, sociologia, filosofia e políticas educacionais, além dos aspectos pedagógicos, ampliando sua atuação para os espaços não escolar.

As diretrizes de 2006, destacam a importância da pesquisa e da prática como componentes essenciais da formação do pedagogo para que sejam capazes de aplicar o que aprendiam, adaptando suas abordagens de ensino de acordo com as necessidades e realidades das instituições em que atuariam.

Peternella ressalta que,

Após a promulgação das DCNP, as IES que formavam professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental tiveram o prazo de até um ano, ou seja, até maio de 2007, para a reformulação e o ajuste de seus projetos pedagógicos às orientações do referido documento oficial. Este é resultante de um longo processo de embates, negociações e disputas de propostas de formação do pedagogo, ocorrido no movimento de reformas da educação brasileira, deflagrado em meados dos anos de 1990. É com base neste cenário que nos propomos a análise de PPC de pedagogia, tomando como amostra projetos de IES, públicas e particulares, no estado de Roraima, cuja exposição faremos no próximo item (Peternella, 2016, p.217).

Percebe-se a importância da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e seu impacto nas instituições de ensino superior (IES) que oferecem formação de professores para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Esse processo de adaptação não ocorreu de forma isolada, mas foi resultado de um longo período de discussões,

negociações e debates em torno das propostas de formação do pedagogo.

Além disso, as diretrizes enfatizaram a necessidade de respeitar a diversidade cultural e social do Brasil. Isso incluiu a promoção da educação inclusiva, que visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

O curso de Pedagogia foi se moldando aos diferentes processos históricos presentes no país. Mesmo assim, seu trabalho na formação de profissionais para atuarem como professores na educação nacional exerceu um papel decisivo neste processo.

Atualmente, esse profissional tem grande responsabilidade na educação e formação educacional dos brasileiros. As instituições de ensino cada vez mais têm atuado a formar profissionais de alta qualidade e com bom desempenho para o mercado profissional.

4.2 A FORMAÇÃO INICIAL DO(A) PEDAGOGO(A) PARA ATUAÇÃO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR

Com o intuito de analisar o campo de formação dos pedagogos para atuação em contexto não escolar, traremos três Matrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia de Instituições de Ensino Superior. As análises não surgem como foco principal, porém são importantes para percebermos como estão organizadas as disciplinas do Curso de Pedagogia e a formação destes profissionais voltados para atuação em espaços escolares, o que representa uma proposição de articulação entre a área da Educação e diversas áreas sociais, políticas e econômicas.

O curso de Licenciatura em Pedagogia, ao longo do tempo, vem apresentando trajetórias históricas quanto sua organização e locais de atuação dos profissionais formados nesta área. No período de 1930, aconteceram mudanças pertinentes nas áreas social, econômica, política e educacional. Ressalta-se “as propostas do ideário da escola nova que, além de trazer ao cenário brasileiro a discussão da escola laica e gratuita para todos, proporcionou a criação de Universidades no País” (Fireman, 2006, p. 19). Nesta época, surge o curso de Pedagogia por meio do Decreto Lei nº 1.190 de 1939, visando a preparação de professores para atuar na escola normal (Fireman, 2006).

Superou-se o processo de formação fragmentada e tecnicista da década de 1970 e se imprimiu uma formação ampliada e intersectorizada que aponta a educação como essencial para os diversos campos.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNP) - Resolução CNE/CP nº 01/2006, em seu Artigo 4º, destaca-se o seguinte:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006, p. 2).

Percebe-se o reconhecimento para o curso de Pedagogia como formação para a licenciatura e atuação para o desenvolvimento de conhecimentos pedagógicos ou no apoio escolar. Ao mesmo tempo, a Resolução amplia o escopo de atuação do pedagogo, para além do espaço escolar, quando prevê sua atuação em outras áreas distintas da área educacional, quando se faz necessário a aplicação de conhecimentos pedagógicos.

Para fins deste estudo, como forma de identificar o que determina a Resolução de 2006 para os cursos de Pedagogia, serão destacados alguns documentos referentes à formação inicial de professores. A partir das matrizes curriculares da Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e da Faculdade Estácio de Sá, serão identificadas as disciplinas que têm como propósito a formação voltada para espaços não escolares. Tem-se duas instituições públicas e uma instituição particular, as quais concentram grande parte dos profissionais formados em Roraima no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

O propósito ao apresentar as matrizes e ementas é evidenciar que as instituições seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Pedagogia de 2006. No entanto, na prática, com base na pesquisa realizada no local e na entrevista com a pedagoga, não se observa um desempenho pedagógico efetivo por parte dos pedagogos, mas sim a sua contratação, possivelmente para cumprir requisitos de uma equipe multidisciplinar na Prefeitura, sua prática profissional pode ser realizada por técnicos de nível médio. Acredita-se que esse pode ser um fator contribuinte para a

desvalorização salarial, uma vez que as responsabilidades reais não exigem um alto nível de qualificação.

4.2.1 Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UFRR

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Roraima (UFRR) está baseado na Resolução CNE/CP nº 01/2006. O currículo proposto evidencia uma formação para além da sala de aula, com disciplina e estágio que evidenciam campos não escolares para atuação do pedagogo.

Na Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRR, em seu 7º e 8º semestres, estão programados, respectivamente, o “Estágio em Diversidade” e a Disciplina “Fundamentos Educação em contexto não escolar”. O “Estágio em Diversidade” prevê a atuação em diversas instituições onde atua o pedagogo, como Tribunal de Justiça, Departamento Estadual de Trânsito, Biblioteca Pública, Hospital. Já a Disciplina “Fundamentos Educação em contexto não escolar” tem como foco o estudo voltado à presença da Pedagogia em instituições não formais.

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA		
7º SEMESTRE		
Estrutura Curricular	Carga horária	Natureza
LEM040 - INTRODUÇÃO A LIBRAS	60h	Obrigatória
PE424 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DIVERSIDADE	72h	Obrigatória
PE424A - ESTAGIO III	100h	Obrigatória
PE432 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	60h	Obrigatória
PE436 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	60h	Obrigatória
PE437 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA	60h	Obrigatória
Carga horária total: 412h		
8º SEMESTRE		
PE425 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM GESTÃO E COORDENAÇÃO	72h	Obrigatória
PE425A - ESTAGIO IV	100h	Obrigatória
PE438 - FUNDAMENTOS EDUCAÇÃO EM CONTEXTO NAO ESCOLAR	60h	Obrigatória
PE439 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	60h	Obrigatória
PE440 - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCAÇÃO	60h	Obrigatória
PE441 - FUNDAMENTOS DA GESTAO PEDAGOGICA	60h	Obrigatória
Carga horária total: 412h		

Fonte: UFRR. Disponível em: <https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/curso/relatorio_curriculo.jsf>.

Desse modo, verifica-se que há uma especificação na organização curricular que tem como finalidade a formação inicial do pedagogo destinada ao espaço não escolar, ampliando o escopo de atuação. A presença de tal conteúdo na formação

inicial do pedagogo, legitima esse processo de atuação em diversos espaços. Destaca-se a formação teórica (disciplina) e a formação prática (estágio).

4.2.2 Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da UERR

No curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Roraima (UERR), em sua Matriz Curricular, foi possível perceber que o mesmo possui 02 (duas) disciplinas que trabalham com a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Em seu Projeto Político Pedagógico, é destacado que “entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base” (UERR, 2021, p. 11).

A disciplina intitulada Estágio Supervisionado III - prática pedagógica em espaços escolares e não escolares é ofertada no 6º semestre do curso. A ementa aponta a perspectiva de atuação fora do ambiente escolar.

Construção da identidade docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental e em ambientes não-escolares que ampliem e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências. O estágio como análise e construção da práxis, possibilitando ao acadêmico um olhar crítico sobre todas as dimensões da escola no seu fazer pedagógico/administrativo, participando da gestão, da área de serviços e apoio escolar e atuando na formação continuada e em reuniões de pais e mestres (UERR, 2021, p. 58).

Outra disciplina que aborda a atuação do pedagogo para além da sala de aula é ofertada no 7º semestre, intitulada Prática Profissional IV, a qual apresenta a seguinte ementa, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - 2021:

O desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes aos espaços não escolares. Desenvolvimento de pesquisa por meio do conhecimento científico da educação. Os espaços não escolares: características da organização, estratégias de investigação, modelos de intervenção e suas implicações pedagógicas, socioculturais e históricas. Perspectivas de pesquisas e de investigação acerca dos rituais e da dinâmica pedagógica nos espaços não escolares. Levantamento e pesquisas das problemáticas que envolvem os espaços não escolares (UERR, 2021, p. 62).

Em ambas as disciplinas, são enfatizadas questões teóricas e práticas que

articulam o campo da educação a espaços fora do ambiente escolar e que necessitam desses conhecimentos de maneira articulada.

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA		
6º SEMESTRE		
Estrutura Curricular	Carga horária	Natureza
FUNDAMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR	60h	Obrigatória
FUNDAMENTOS DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	75h	Obrigatória
EDUCACIONAL EDUCAÇÃO ESPECIAL	60h	Obrigatória
PRÁTICA PROFISSIONAL III - GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	105h	Obrigatória
ESTAGIO SUPERVISIONADO III -PRÁTICA PEDAGOGICA EM ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES	105h	Obrigatória
7º SEMESTRE		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60h	Obrigatória
PESQUISA EM EDUCAÇÃO	60h	Obrigatória
ESTAGIO SUPERVISIONADO IV - GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO/ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	105h	Obrigatória
PRÁTICA PROFISSIONAL IV (ESPAÇOS NAO ESCOLARES)	105h	Obrigatória
ÉTICA, SOCIEDADE E AMBIENTE	60h	Obrigatória

Fonte: UERR. Disponível em: <<https://www.uerr.edu.br/pedagogia/>>.

No curso de Pedagogia da UERR, verifica-se que, na matriz curricular, tem destaque a formação para os espaços não educacionais, por meio do estágio e de uma disciplina teórica. De modo que são considerados como viável para essa atuação, e necessários para esse fim, os conteúdos ministrados para esse nível de formação. No caso da UERR, a formação inicial de pedagogo para espaços não escolares se concentra na parte prática.

4.2.3 Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá

Mais uma Matriz Curricular que foi analisada para fins deste estudo foi a do Curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá. No Projeto Político Pedagógico, destaca-se a questão dos espaços escolares e não escolares.

[..] no âmbito escolar – em diversos níveis e modalidades de ensino, seja na gestão de sistemas educacionais ou na docência, na supervisão e na pesquisa, no planejamento e na avaliação de projetos educacionais e no estabelecimento de políticas educacionais, e no âmbito das organizações escolares e não escolares (Estácio, s.d., p. 15).

Na Matriz Curricular, são evidenciadas duas disciplinas do 8º semestre que demonstram trabalhar com aspectos do pedagogo em espaço não escolar, sendo elas: “Práticas e Estágio Supervisionado em Gestão das Organizações Não Escolares” e “Pedagogia nas Instituições Não Escolares”.

Quadro 4 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá

FACULDADE ESTACIO DE SA		
6º SEMESTRE		
Estrutura Curricular	Carga horária	Natureza
PRÁTICA E EST. SUPER. EM GEST. DAS ORG. NÃO ESCOL.	36h	Obrigatória
TCC EM PEDAGOGIA	36h	Obrigatória
PEDAGOGIA NAS INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES	72h	Obrigatória
POLÍTICA AMBIENTAL GLOBAL	36h	Eletiva
ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA	36h	Eletiva
ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	36h	Eletiva
PSICOLOGIA INSTITUCIONAL	36h	Obrigatória
SUSTENTABILIDADE	36h	Obrigatória
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	36h	Eletiva
DIREITO AMBIENTAL	36h	Eletiva
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36h	Eletiva
GESTÃO DA QUALIDADE	36h	Eletiva
HISTÓRIA DA CULTURA E DA SOC. NO MUNDO CONTEMP.	36h	Eletiva
HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES	36h	Obrigatória
GESTÃO DE DESEMPENHO	36h	Eletiva
CONSULTORIA INTERNA DE RH	36h	Eletiva
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	36h	Obrigatória

Fonte: Faculdade Estácio de Sá. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/2095/matriz-curricular-de-pedagogia.pdf>>.

Com a verificação das Matrizes Curriculares dos cursos de Pedagogia das três Instituições de Ensino Superior, percebeu-se que são apresentadas disciplinas que abordam a atuação do pedagogo em espaço não escolar, algo de extrema importância, pois apresenta ao estudante do curso as possibilidades que existem, com diversas áreas para atuação.

É importante destacar a Resolução 02/2019, a qual limita a atuação dos profissionais pedagogos para somente dois campos de atuação “licenciatura para Educação Infantil e licenciatura para Anos Iniciais do Ensino Fundamental. São dois cursos distintos, cada qual com duração de 3.200 (três mil e duzentas) horas” (Brasil, 2019, p. 2), sendo ofertada de maneira distinta a formação para cada uma das habilitações. Já as atividades de cunho administrativos e técnicos no âmbito escolar, a proposta é a abordagem em cursos de especialização.

Com essa restrição, os estudantes de Pedagogia, que graduarão posteriormente, estão restritos ao contexto escolar. Tal decisão, caso levada adiante, irá impactar a formação destes profissionais que, atualmente, possuem um amplo campo formativo e, conseqüentemente, de trabalho.

Evidenciaremos, posteriormente, a atuação do pedagogo nos equipamentos que promovematendimentos à população, a partir das ações voltadas a assistência social.

5. A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM UNIDADES DO CRAS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Os CRAS são locais de atendimento à população, por meio de serviços voltados à política de Assistência Social. São unidades públicas estatais descentralizadas. A oferta dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica é desenvolvida em todo o território nacional por meio do SUAS. É uma ação unificada que se concentra nas áreas de vulnerabilidade e risco social, sob a responsabilidade dos municípios e com parcerias de financiamento dos governos estaduais e do governo federal. Essa é uma política transversal.

No município de Boa Vista-RR, as unidades de assistência social são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), presentes nos diferentes territórios da cidade. Porém, o estudo em tela focou em uma unidade do CRAS, que tem maior abrangência e maior número de atendimentos, pelo fato do prazo curto para realização da pesquisa.

A Resolução nº 17 de 2011 prevê a atuação de um pedagogo, com nível superior, como essencial na rede do SUAS. O profissional de Pedagogia pode atuar em equipe de diversos programas e projetos que visam a garantia de direitos socioassistenciais, benefícios e em gestão das unidades de referência. O pedagogo realiza atendimento com crianças, adolescentes, jovens e adultos, idosos e famílias com vulnerabilidades sociais, isolamento, negligência, e em diversas situações.

Tais atendimentos possuem a finalidade de trabalhar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscando atender o direito da população. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são um serviço desenvolvido por grupos, com o intuito de prevenção de circunstâncias de risco social, além de trabalhar o respeito das culturas, o fortalecimento de vínculos e a socialização da comunidade.

Tem-se, ainda, a realização da busca ativa, no acompanhamento do rendimento escolar de crianças e adolescentes assistidos, como também visitas familiares, acompanhamento da frequência dos usuários nos serviços, reuniões para as famílias, atividades em grupos, elaboração de material didático, palestras com temas transversais.

A Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004, p. 32-33) destaca que

os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica devem estar articulados com os outros programas voltados para as políticas públicas, para que aconteça a garantia das ações efetuadas, atendendo famílias e indivíduos, para a superação das dificuldades enfrentadas na sociedade.

Este profissional realiza suas práticas e ações em grupos de profissionais capacitados para atender a comunidade, sendo facilitador de diálogos, em uma diversidade de temas que envolvem o público atendido pela instituição, desenvolvendo habilidades para trabalhar de maneira transdisciplinar, auxiliando e integrando as diversas ações realizadas neste espaço, como mostra o quadro a seguir (Quadro 5).

Quadro 5 - Atribuições dos profissionais de nível superior no CRAS

Técnico de Nível Superior
<p>Perfil: Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.</p>
<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; • Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; • Mediação de grupos de famílias dos PAIF; • Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; • Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; • Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; • Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; • Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; • Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; • Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva. • Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; • Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; • Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; • Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF; • Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

Fonte: Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/publicacao>>Cadernos>.

No CRAS, o Pedagogo é um profissional de nível superior que integrará a equipe técnica em conjunto com psicólogo, assistente social, entre outros (Brasil, 2009). Nos documentos orientadores da Assistência Social, não encontramos a figura do pedagogo destacada como integrante da equipe técnica de nível superior, porém ele atua neste campo atualmente. Para evidenciar tal questão, apresentaremos as atribuições do Pedagogo na Assistência Social, por meio do edital de concurso público para a cidade de Boa Vista-RR, para este cargo. O edital foi lançado no ano de 2019,

com cargos de Ensino Médio e Superior, para lotação nas unidades de Assistência Social Municipal. No quadro a seguir (Quadro 6), destacaremos as atribuições específicas para o cargo de Pedagogo.

Quadro 6 - Atribuições dos profissionais de nível superior

Cargo: Analista – Grupo Especial/Pedagogo
<p>Descrição das principais atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; • Realizar visitas, informações, relatórios e pareceres; • Contribuir para o trabalho socioeducativo com os atores sociais que buscam atendimento nos programas, projetos e serviços; • Desenvolver um trabalho socioeducativo junto às famílias; • Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; • Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e prepositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; • Contribuir com as práticas sociais referentes às demandas socioeducativas; • Atuar atendendo grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, ociosidade e desestruturação familiar, oferecendo apoio necessário à superação dessas dificuldades, através de um atendimento especializado que visa garantir uma emancipação social; • Promover trabalhos socioeducativos e de Convivência que visem o fortalecimento de vínculos e a socialização dos sujeitos de diversas faixas etárias; • Atuar de modo flexível, com vistas a resolver problemas e desafios pedagógicos; • Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão, na organização do trabalho pedagógico, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas; • Elaborar projeto pedagógico, sintetizando as atividades socioeducativas e de gestão, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação e por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso; • Identificar processos de ensino e aprendizagem, e de suas relações com o contexto no qual se inserem os usuários; • Utilizar os conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática socioeducativa; • Executar outras atividades correlatas ao cargo.

Fonte: Prefeitura de Boa Vista, 2019³.

Os quadros apresentam as referências para constituição da equipe de profissionais a serem selecionados para atuar nos CRAS. Essa definição demonstra a complexidade da política de assistência e a necessidade de qualificação do atendimento, a partir de sujeitos aptos para atuarem nesse atendimento. Isso representa um avanço na instituição da política, fruto das mobilizações sociais que reivindicaram a necessidade dessas políticas como forma de contribuir para dirimir as

³ Disponível em: <https://arquivos.qconcursos.com/regulamento/arquivo/20526/prefeitura_de_boa_vista_rr_2019_edital_n_001-edital.pdf?_ga=2.248028032.66929956.1657425004-205486094.1657425004>.

desigualdades e as situações de violações.

5.1 UNIDADES DO CRAS EM BOA VISTA -RR

Sobre as unidades do CRAS em Boa Vista-RR, podemos dizer que as mesmas são para

prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Brasil, 2009, p. 9).

Ainda, cabe ressaltar o que está determinado no documento do SUAS.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (Brasil, 2009, p. 9).

Desta forma, o CRAS surge com o objetivo de atender, por meio de diversos serviços básicos de assistência social, muitos indivíduos que precisam deste apoio para minimizar os problemas sociais existentes. Cabe ainda destacar as atuações de cada unidade e o seu público-alvo no quadro abaixo (Quadro 7).

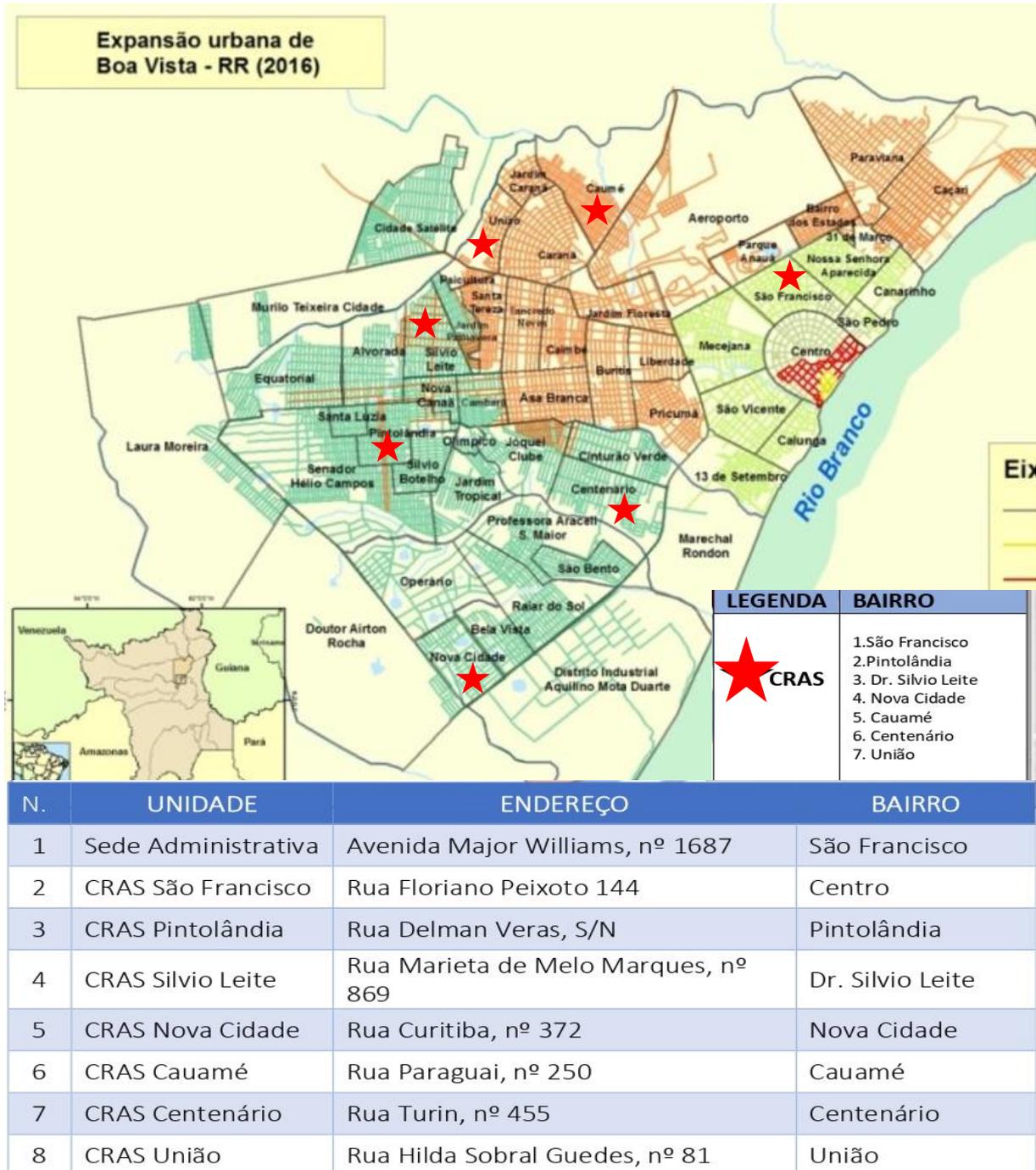
Quadro 7: Atuação e público-alvo do CRAS

CRAS	
Descrição	Busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.
Público alvo	Famílias e indivíduos em situação grave de desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, e usuários de programas de transferência de renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Capacitação para o Trabalho, entre outros.

Fonte: Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/diferenca-cras-creas/>>.

Os equipamentos de Assistência Social, em Boa Vista, estão distribuídos em alguns bairros, totalizando 07 (sete) CRAS, como mostra a figura 1 a seguir .

Figura 1 - Mapa com a localização dos CRAS



Fonte: Oliveira e Costa (2018), PMBV (2022) com adaptações.

O mapa de distribuição dos equipamentos sinaliza para a cobertura da cidade

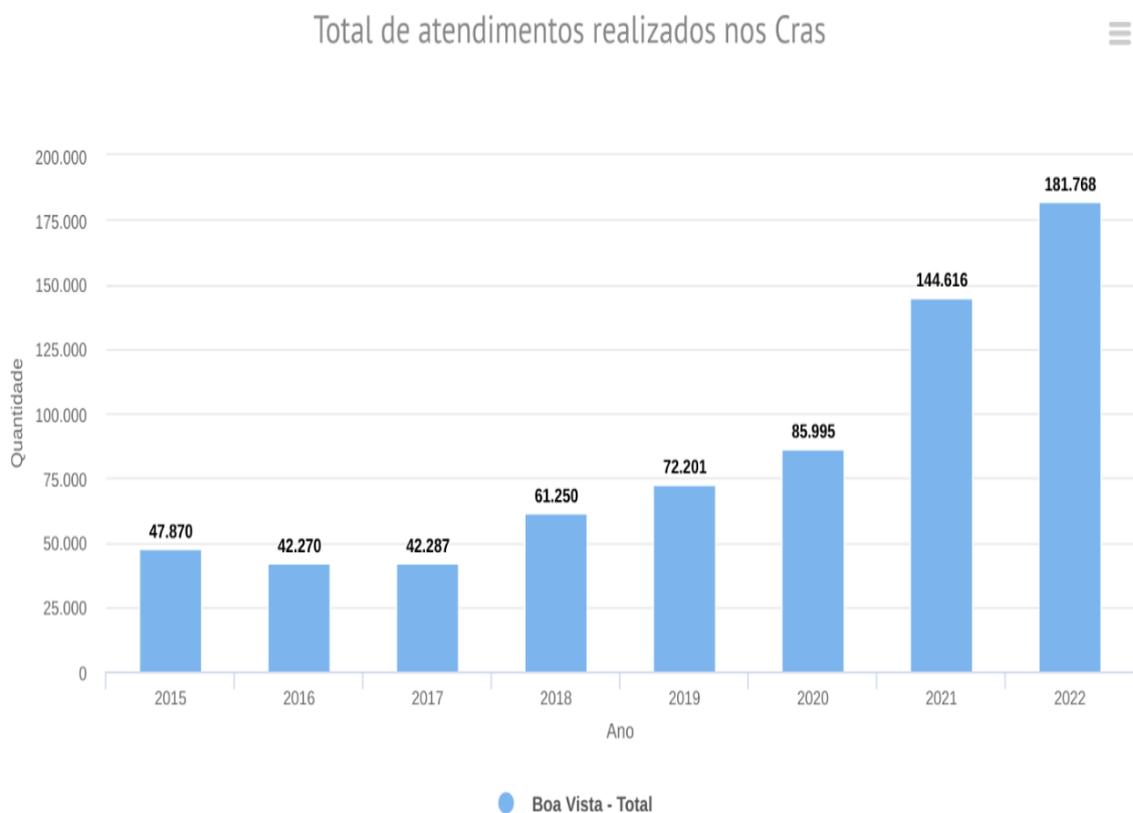
por região, sobretudo os CRAS que, na composição do SUAS, são as unidades básicas.

5.2 SELEÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Como visto anteriormente, na cidade de Boa Vista temos o total de 07 (sete) Centros de Referência de Assistência Social.

A demanda de atendimentos ao público nas unidades de assistência social se mostra crescente, esse fato podemos constatar na Figura 1 abaixo.

Figura 2 - Total de atendimentos realizados nos CRAS



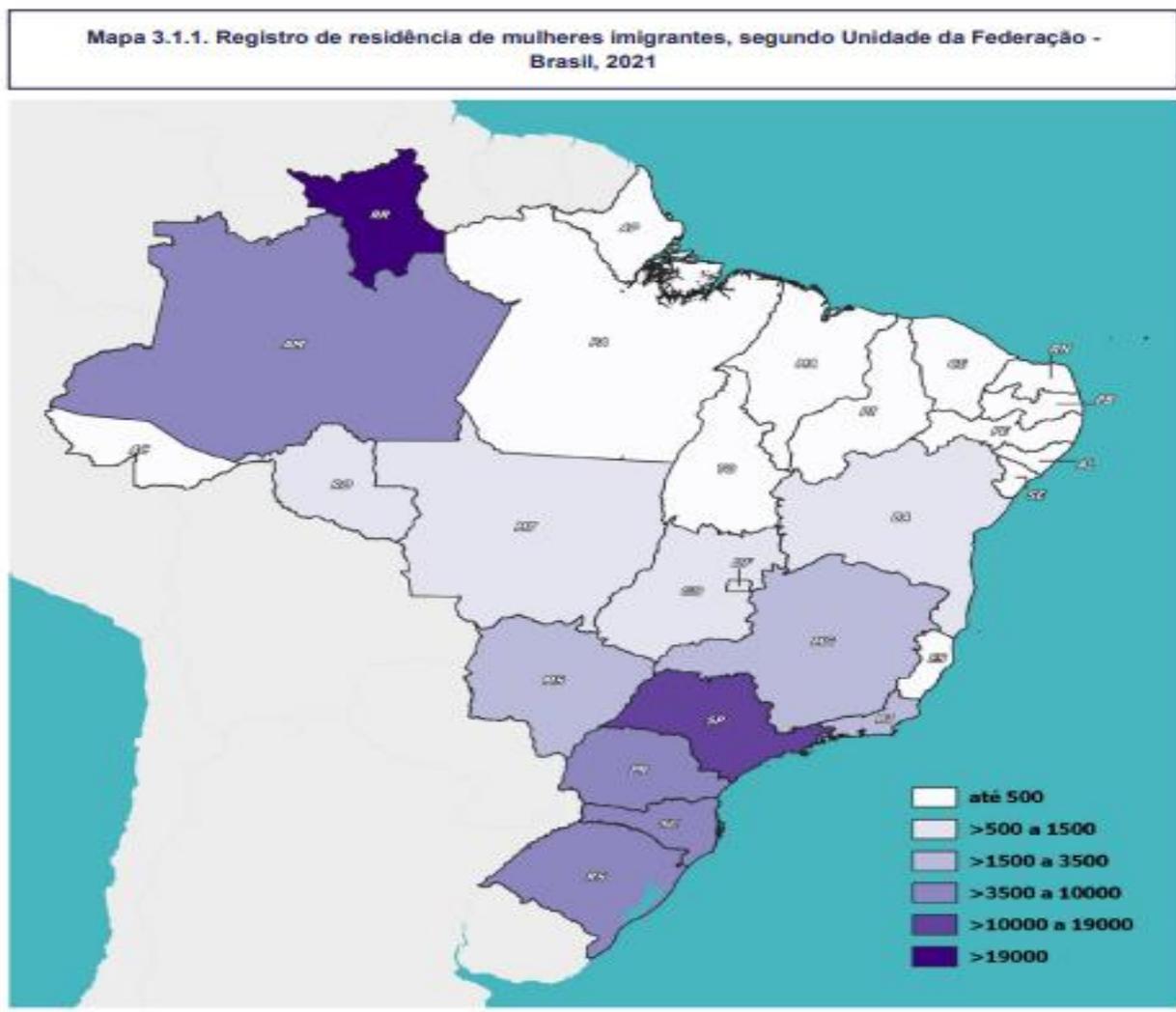
Fonte: Site da prefeitura municipal de Boa Vista – Observatório.

Na Figura acima percebemos um aumento considerável de 2015 a 2022. Para os últimos anos, podemos considerar que a imigração contribuiu para este crescimento, ou seja, do aumento populacional em Boa Vista-RR. Sobre este ponto: “A presença de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil cresceu de

forma bastante acentuada nos últimos anos, tanto nos registros migratórios e solicitações de refúgio, quanto no mercado de trabalho brasileiro” (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020, p. 6).

Com a imigração venezuelana em alto índice, por conta da da fronteira Pacaraima – Roraima, acarretou no intenso crescimento de migrações para o estado de Roraima, onde se concentraram principalmente na cidade de Boa Vista. Buscamos as informações sobre este índice crescente no portal da imigração: os dados atualizados destacam a análise de 2021, mostrando que Roraima possui aumento na concentração de crianças, adolescentes e mulheres. Como podemos ver nas figuras a seguir (Figuras 3 e 4).

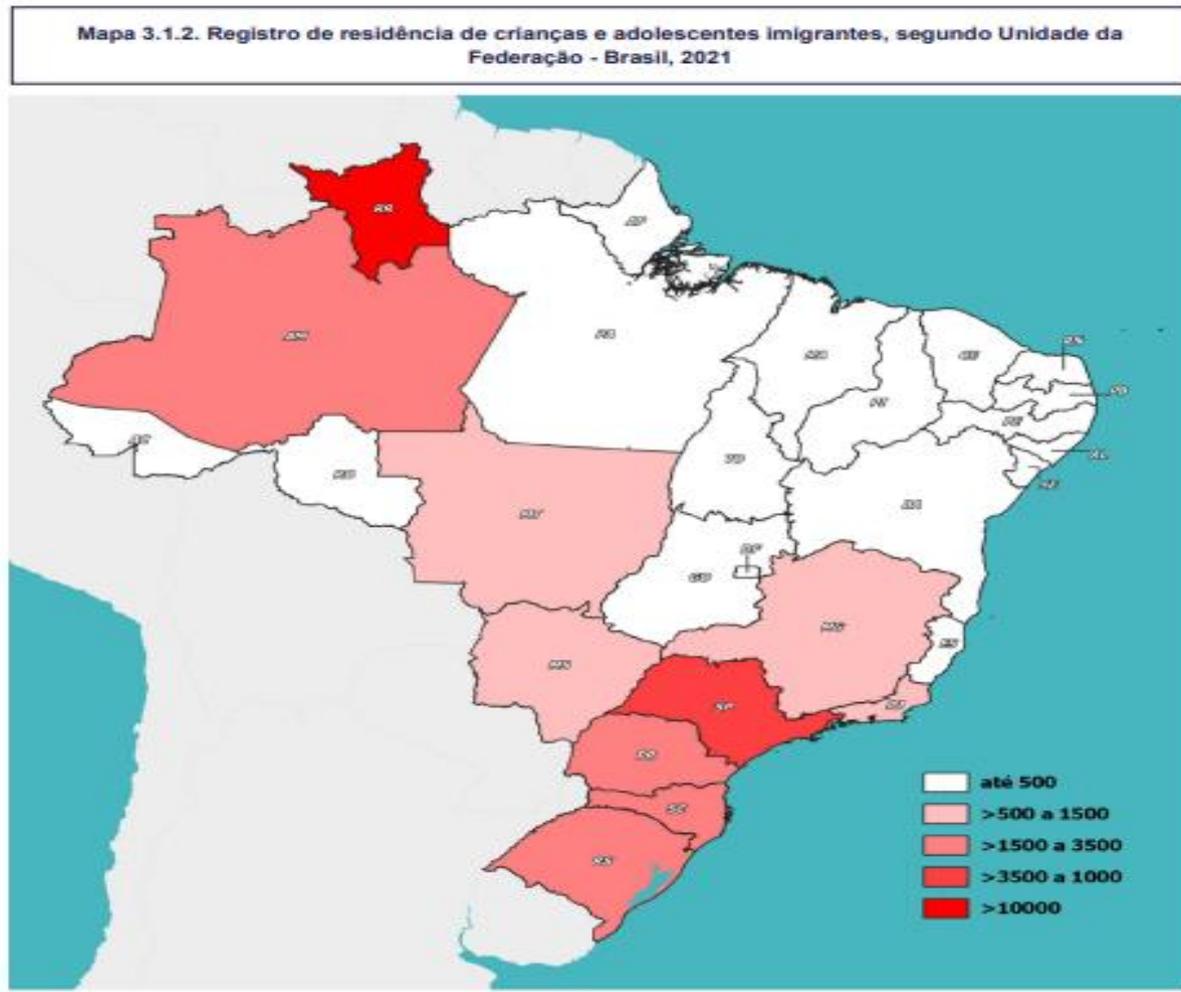
Figura 3 – Registro de mulheres imigrantes no Brasil⁴



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2021.

⁴ Portal de imigrações. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>.

Figura 4 – Registro de crianças e adolescentes residentes no Brasil⁵



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2021.

Nos mapas inseridos anteriormente, podemos verificar a crescente quantidade de imigrantes mulheres, crianças e adolescentes em Roraima. “Em termos do atendimento à população migrante, o cadastramento no CadÚnico é assegurado pela legislação brasileira, assim como o acesso aos serviços de assistência social” (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2022, p.69). Ainda destacam,

O entendimento sobre a pobreza e vulnerabilidade existentes entre os imigrantes é um tema de extrema relevância, tendo em vista a intensificação ocorrida na última década nos fluxos de entrada para o Brasil de imigrantes de países pobres, com destaque para haitianos, venezuelanos e bolivianos. Além disso, também se observa o crescimento nos números de solicitações de reconhecimento da

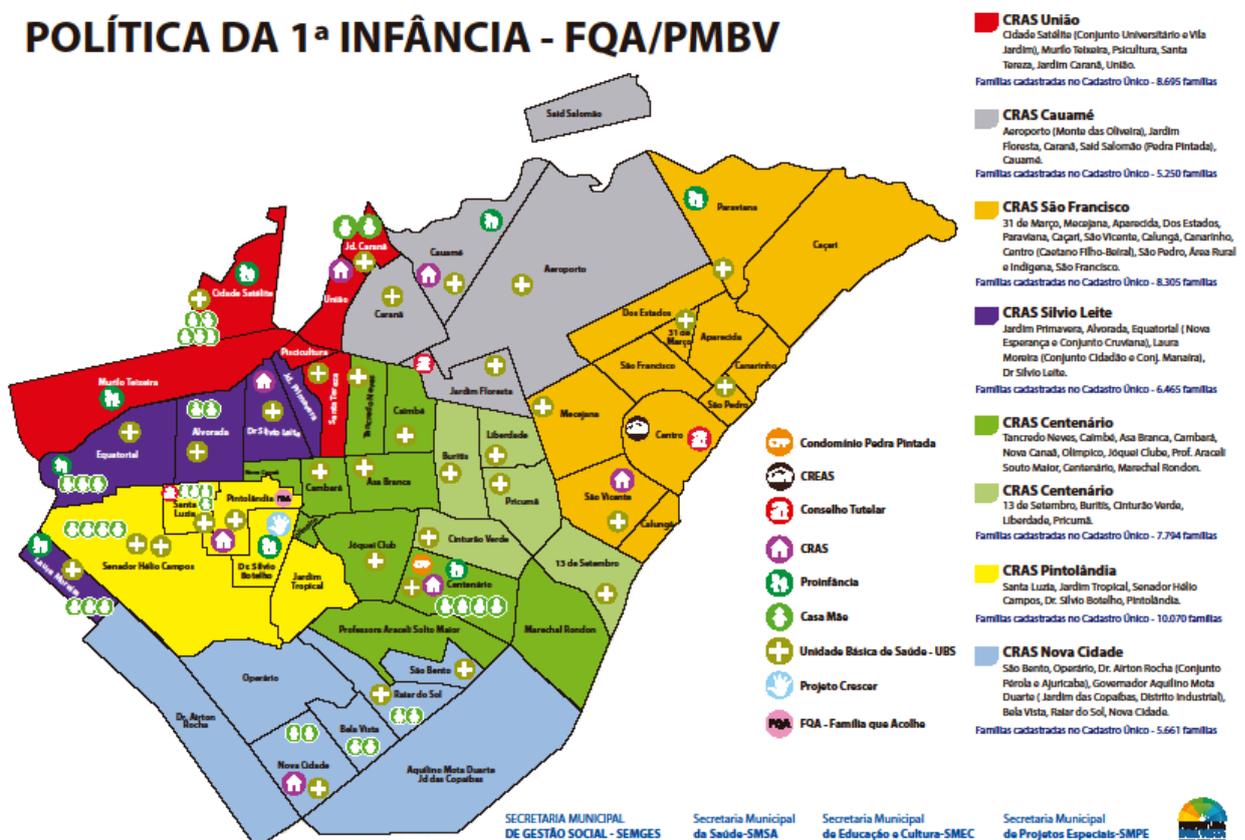
⁵ Portal de imigrações. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>.

condição de refugiado no país. Os imigrantes, em especial aqueles que foram forçados a migrar, constituem um estrato potencialmente mais vulnerável da população (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022, p. 69).

Para a seleção do CRAS, consideramos a maior quantidade de atendimentos na unidade. Desta forma, buscamos esta informação no Observatório do site da Prefeitura Municipal de Boa Vista, conforme dados na figura a seguir (Figura 5).

Figura 5 - Mapa de localização, abrangência e atendimentos dos CRAS

POLÍTICA DA 1ª INFÂNCIA - FQA/PMBV



Fonte: Site da prefeitura municipal de Boa Vista – Observatório.

Os dados da figura deixam evidente a abrangência de bairros de cada CRAS e o quantitativo de famílias inseridas no Cadastro único. Verificou-se que o CRAS localizado no bairro pintelândia abrange 05 (cinco) bairros e possui 10.070 famílias cadastradas, possuindo o maior número de atendimentos; o CRAS - União abrange 06 (seis) bairros e possui 8.695 famílias cadastradas; o CRAS- São Francisco abrange 12 (doze) bairros, além de atender a área rural e indígena, possui 8.305 famílias

cadastradas; o CRAS Centenário abrange 16 (dezesesseis) bairros e possui 7.794 famílias cadastradas; o CRAS- Silvio Leite abrange 05 (cinco) bairros e possui 6.465 famílias cadastradas; o CRAS- Nova Cidade abrange 07 (sete) bairros e possui 5.661 famílias cadastradas; o CRAS-Cauamé abrange 05 (cinco) bairros e possui 5.250 famílias cadastradas.

A partir da dimensão territorial e do quantitativo de atendimento, foi selecionado o CRAS - Pintolândia, onde foi realizada a pesquisa com a pedagoga, que atua na unidade selecionada. Trata-se de estudo de caso, que visa evidenciar elementos da atuação do pedagogo em espaço não escolar, em específico na área da assistência social.

5.3 A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LOCALIZADO NA ZONA OESTE DE BOA VISTA

Como já mencionado, o estudo em tela objetiva refletir sobre a atuação do pedagogo no CRAS da cidade de Boa Vista-RR, localizado na Zona Oeste da cidade. O levantamento estatístico aponta que essa é a região mais populosa da cidade. A Zona Oeste é considerada uma região periférica, o que torna o equipamento essencial para o atendimento e as orientações de políticas sociais.

A pedagoga entrevistada integra uma equipe multidisciplinar, sendo composta por 03 Assistentes Sociais, 01 psicóloga e 02 pedagogas. Como vimos, atualmente, o CRAS da pesquisa possui 02 pedagogas, porém, somente 01 pôde participar da entrevista, pois 01 estava afastada por licença.

Após a categorização, partiremos para a terceira fase da análise de conteúdo que remete-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para fins deste estudo, considera-se que:

[...] toda pesquisa tem uma intencionalidade de indagar algo a partir de uma problemática vivenciada no contexto social, tendo como objetivo responder à pergunta problema e as preocupações de elaborar novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que está sendo estudado (Sousa, 2019, p. 67).

Neste prisma, o autor destaca que as pesquisas sempre possuem uma intencionalidade, e a partir de uma questão problema, que busca entender uma

situação, é possível compreender e analisar o objeto da pesquisa para lançar estratégias de mudança ou apenas difundir novos conhecimentos.

Com a inferência, é apresentada a significação de mensagens, efetivando análise reflexiva e crítica. Nesta fase, o tratamento dos resultados tem a finalidade de constituir e captar os conteúdos contidos em todo o material coletado por meio dos instrumentos (Fossá, 2003). Esta fase é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2010, p. 41).

A categorização de entrevistas é um processo fundamental na pesquisa qualitativa, em que os dados coletados por meio de entrevistas são organizados em categorias. O tratamento das informações processou-se por intervenção de análise de conteúdo (Bardin, 2009). A categorização foi elaborada por meio de alguns passos como transcrição da entrevista gravada, identificação das unidades de análise, análise e comparação dos temas que integram as informações colhidas. Desta forma, temos as seguintes categorias e subcategorias:

1. Formação Acadêmica: A formação acadêmica da Pedagoga do CRAS;
2. A inserção da Pedagoga no âmbito da Assistência Social: Reflexões sobre o exercício profissional;
3. Serviços disponibilizados pelo CRAS: Atendimentos realizados no cotidiano;
4. Pedagogia e Assistência Social: A importância da Pedagogia na Assistência Social;
5. Capacitação e formação continuada: Realização de cursos capacitadores e de formação continuada para o exercício do cargo no CRAS.

A seguir abordaremos o processo de formação do(a) pedagogo(a) que atua no Centro de Referência da Assistência Social.

5.3.1 O processo de formação do(a) pedagogo(a) que atua no centro de referência da assistência social

Um dos elementos analisados foi o processo de formação do pedagogo para atuação em espaço não escolar, com intuito de conhecer aspectos do ofício do pedagogo. Para isso, elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturada para ser

realizada com o profissional da área que atua em uma unidade do CRAS. Desta forma, coletamos as informações a seguir.

Sobre o percurso acadêmico, capacitação e formação continuada da Pedagoga entrevistada, segue suas considerações:

Sou formada em licenciatura em matemática pelo Instituto Federal de Roraima e tenho segunda Licenciatura em Pedagogia pela Instituição FACETEN.

Estudei, porém não recordo o nome da disciplina. Lembro que durante o percurso formativo tivemos inúmeras discussões sobre a atuação do pedagogo em espaços não formais como hospitais, assistência social, empresas privadas, dentre outro.

Conclui o curso de pedagogia no ano de 2022 (Pedagoga).

A Pedagoga cursou sua Licenciatura em Pedagogia em uma faculdade particular, com isso, sinaliza a formação necessária para atuação no cargo, conforme especificado no SUAS. Desse modo, é possível verificar as especificações que são exigidas para o exercício do cargo e as funções técnicas. Há necessidade de um profissional qualificado para atuação em distintas áreas educacionais, inclusive atendendo as demandas socioeducativas que decorrem das novas realidades, das alterações que acontecem nos ritmos de vida das pessoas, nos meios de comunicação e informação e tantas outras áreas que exigem a contribuição do Pedagogo.

Outro elemento apontado na entrevista, ainda sobre o processo formativo, foi sobre disciplina na graduação de Licenciatura em Pedagogia que explanasse sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Segundo a profissional, sua formação foi realizada em uma Faculdade privada como segunda licenciatura, e teve como aproveitamento 01 disciplina que abordava os diferentes campos de atuação deste profissional. faz-se pertinente destacar a importância do pedagogo estudar sobre os diferentes campos de atuação, em sua formação, para a ampliação de suas competências e possibilidades profissionais. Paiva (2009, p, 102) ressalta que “a formação é essencial em qualquer profissão e exige um acompanhamento em serviço”.

A Pedagogia se concentra na área da Educação e abrange diversos contextos, e o conhecimento sobre esses diferentes campos possibilita ao pedagogo adaptar-se melhor às demandas específicas de cada ambiente de trabalho e

desempenhar um papel mais efetivo, em cada um deles, como a versatilidade profissional, pois, a formação abrangente permite ao pedagogo atuar em diferentes contextos educacionais, como escolas, creches, ONGs, empresas, hospitais, centros comunitários, entre outros. Isso aumenta suas oportunidades de emprego e o torna mais resiliente às mudanças no mercado de trabalho; com adaptação às demandas específicas, sendo que cada campo de atuação possui suas particularidades e necessidades distintas. Neste contexto, Antkiewicz e Costa (2019) dizem:

A educação sofre mudanças em seu conceito, pois deixa de ser restrita ao processo ensino-aprendizagem em espaços formais, se transpondo aos muros da escola, para acontecer em locais diferentes, em diversas situações sociais e diversos segmentos, como: ONGs, sindicatos, clubes, igrejas, empresas, hospitais, presídios etc. Abre-se um novo espaço para a educação, dando uma estrutura interessante à Educação Não Formal. (Antkiewicz; Costa, 2019, p. 74).

O conhecimento sobre os diversos ofícios permite ao pedagogo ajustar suas estratégias pedagógicas, metodologias e abordagens de acordo com o público e as circunstâncias em que está trabalhando; compreender as diversas realidades sociais, por meio das percepções sobre diferentes campos de atuação, ou seja, o pedagogo tem a chance de se familiarizar com uma variedade de realidades sociais e culturais. Essa compreensão é essencial para promover uma educação mais inclusiva, respeitosa e adequada às necessidades dos alunos e participantes; enriquecimento da prática pedagógica com a diversificação de conhecimentos e experiências, contribuindo para enriquecer a prática pedagógica do profissional. Além da capacidade de inovação, pois a compreensão de diferentes campos de atuação e suas demandas cria uma base para a inovação na Educação. O pedagogo pode identificar possibilidades de intervenção e soluções criativas para os desafios enfrentados em cada contexto específico.

A formação de um pedagogo que compreenda e estude os diferentes campos de atuação é essencial para aprimorar sua prática profissional, tornando-o mais versátil, sensível, empático e capaz de promover uma educação mais inclusiva e efetiva. Essa abordagem prepara o profissional para enfrentar os desafios da educação em uma sociedade diversificada e em constante mudança.

Sobre o tempo de atuação no CRAS, como foi inserida no setor e o porquê da

sua escolha em atuar neste campo, a entrevistada pontuou:

Eu entrei para trabalhar na assistência social no mês de agosto de 2022, por meio de concurso público. Sobre a escolha do campo, percebi como uma oportunidade de cargo efetivo com a realização do concurso público para pedagogo na assistência social (Pedagoga).

A atuação da pedagoga no CRAS teve seu início logo após o término da formação inicial. Quanto à experiência na área ou conhecimento sobre a função do pedagogo na Assistência Social, a mesma relata: “*tudo para mim é novo, todo dia é um novo aprendizado*”. A formação e a experiência são elementos essenciais para o exercício da função. Logo, verifica-se que a ideia do novo, ressaltada na fala, é devido a inserção profissional logo após a formação inicial.

Verificou-se que a inserção da pedagoga nesta área se deu por meio da sua aprovação em concurso público, e a escolha neste campo foi evidenciada como uma oportunidade de atuar com sua recente formação em um cargo público.

Tratando-se da formação continuada, elemento essencial para a qualificação específica, indagou-se sobre a participação de alguma formação/capacitação para assumir essa função na instituição:

Em relação à logo quando entrei eu não participei de nenhuma formação e de nenhuma capacitação, eu já vim participar já esse ano (2023), mas relacionado mais ao programa de convivência né? E fortalecimento de vínculos que é o programa cabelos de prata e o conviver (Pedagoga).

Sobre a formação continuada, no ano da sua inserção no CRAS, em 2022, não aconteceu. Freire (1996, p. 25) destaca que “ensinar e capacitar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Aqui, podemos pontuar quão importante é a capacitação, qualificação para atuação dos profissionais, pois é um direcionamento das suas ações dentro do campo de trabalho. Sendo necessária para garantir que os profissionais estejam preparados, atualizados e capacitados para desempenhar suas funções de maneira eficaz. Isso não apenas melhora a qualidade do trabalho, mas também contribui para desenvolvimento profissional e o avanço na carreira. Ainda assim, verifica-se que a capacitação oferecida se limitou a dois projetos/programas da prefeitura municipal de

Boa Vista.

Vale destacar que o CRAS é um equipamento que tem como missão atender a população vulnerável e promover a orientação em termos de acesso a direitos e benefícios. O profissional precisa de direcionamento no campo que desconhece as ações, e, com a formação/capacitação, este terá a aquisição de conhecimentos e habilidades específicas. Cada função profissional exige um conjunto específico de conhecimentos e habilidades.

Neste sentido, por meio da capacitação, os profissionais adquirem o conhecimento necessário para desempenhar suas tarefas de forma eficiente e eficaz. Malvezzi (1994, p. 29) cita que a capacitação profissional é “[...] algo que vai além de aquisições de informações, mudanças de atitudes e desenvolvimento de habilidades, para incluir a reelaboração de significados e a revisão dos referenciais de ação”.

A capacitação permite que os profissionais se mantenham atualizados sobre as competências e mudanças em sua área de atuação, garantindo que estejam informados e preparados para enfrentar os desafios atuais e futuros. Além de aprimorar suas habilidades, aprender novas técnicas e abordagens, e expandir seus conhecimentos. Isso, não apenas fortalece sua posição no mercado de trabalho, mas também os capacita a oferecer um melhor desempenho em suas funções.

De forma adequada, a capacitação resulta em melhor desempenho no trabalho. Ao adquirir conhecimentos e habilidades relevantes, os profissionais se tornam mais proficientes em suas tarefas e são capazes de lidar com desafios de forma mais eficiente. Isso leva a um aumento da qualidade do trabalho, gerando melhores resultados e satisfação tanto para os profissionais quanto para as partes interessadas envolvidas.

5.3.2 Processo de estruturação do serviço do pedagogo no CRAS

Nesta subseção, buscou-se compreender qual trabalho é desenvolvido no setor e quais demandas são atendidas pelo pedagogo, sendo possível notar que:

*Em relação à demanda do pedagogo, não tem uma específica”
“fazemos parte da equipe técnica, então a equipe técnica ela atua em conjunto, então o mesmo serviço para todos os integrantes da equipe técnica e o público que a gente atende é um público geral (Pedagoga).*

Com isso, percebe-se que a pedagoga da pesquisa não possui uma demanda de serviço específica, todos os membros realizam as mesmas demandas, sendo sua formação em Pedagogia, Serviço Social ou Psicologia respectivamente. Deste modo, observa-se divergência das Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS (2009, n.p), que destaca o seguinte:

o trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências. Deve-se buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe interdisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas (Brasil, 2009, n.p).

De acordo com Machado (2021), é importante ressaltar que o pedagogo que atua no CRAS realiza atendimento a partir de grupos composto por sujeitos distintos como crianças, adolescentes, grupos formados por famílias, pessoas idosas que estão em situação vulnerabilidade social, ou isolamento e ainda submetidas à negligência e uma série de situações que exigem ajuda para a superação de tais dificuldades.

A função do pedagogo, com o passar dos anos, mostra importantes mudanças além da educação formal, como nas empresas, em hospitais e na Assistência Social, como é caso deste estudo, especialmente, no que se refere à viabilização de intervenção pedagógica para a organização desse tipo de espaço e pessoal.

Assim, o pedagogo passa a atuar em diferentes espaços e situações que possibilitam o emprego do seu conhecimento por meio de uma atuação e pensamento unificadores. Inclusive as Diretrizes Curriculares Nacionais (2005) apontam a promoção para o curso de Pedagogia em que é destacado que o referido profissional necessita de uma preparação para os desafios vindouros, tanto na sala de aula como em ambientes não escolares.

No que se refere aos desafios da profissão e campo de atuação:

Desafio nós temos todos os dias, não é? Todos os dias é... temos uma situação nova, então não podemos dizer que é algo já pré-estabelecido para o papel do técnico em si, né? Porque como nós atendemos usuários distintos, né? com várias situações de vulnerabilidade social, econômica e a gente tem que fazer só escuta qualificada, então não tem como assim tu definir na prática é... algum

exemplo porque há uma diferenciação, há muita diferenciação. Ninguém vive da mesma forma. Então a gente tem que fazer essa escuta qualificada. Mas é através dessas escutas qualificadas que nós realizamos é... efetuamos alguns documentos aqui no departamento, que é o parecer técnico. Em caso de cadastro é... tem também a questão do é... relatório informativo, estudo de caso que é realizado pelo pedagogo e demais. Também integrante da equipe técnica. Então são, é mais ou menos essa documentação que nós realizamos através da escuta técnica que é realizamos com os usuários (Pedagoga).

A pedagoga acredita que em todas as profissões existem desafios, e na sua atuação não é diferente, sendo que surgem situações novas para que sejam resolvidas. Então, para cada demanda que surge, faz-se necessária a escuta e análise para a busca de resolução destes problemas sociais que se apresentam.

Ademais, a profissional destacou alguns sistemas que são utilizados pela equipe técnica, e suas funcionalidades.

- *CadÚnico: Utiliza-se para verificar, se o Cadastro único do usuário está atualizado, composição familiar, endereço, escola que os filhos estudam, estrutura do domicílio, se há integrante com deficiência.*
- *Sibec: Informa se a família foi contemplada com o Benefício Bolsa Família.*
- *Sicon: Informa quais as condicionalidades (Saúde ou Educação) que a família descumpriu para ter a suspensão ou cancelamento do recebimento de benefícios.*
- *Sicpro: Lançamento das informações de visitas domiciliares e consulta de famílias cadastradas (Pedagoga).*

Estes sistemas são utilizados diariamente pela equipe técnica do CRAS para atender a demanda que necessita de tais informações e serviços. Também existem os documentos que são preenchidos ou elaborados pelos técnicos para emissão para outros serviços ou instituições, sendo o Parecer Técnico necessário para o CadÚnico; Relatório Informativo enviado para Conselho Tutelar, Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, outro CRAS, SEMGES, Hospitais, Escolas, entre outras instituições; Estudo de caso que é encaminhado para projetos como ArtCanto, Dedo Verde, Rumo Certo ou para solicitação de cesta básica; Declaração para Idosos que substitui a carteira da pessoa idosa, servindo como comprovação que o idoso possui renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos, podendo ser beneficiado com o direito a transporte interestadual gratuito ou desconto de 50% (cinquenta por cento), no

mínimo, no valor das passagens para pessoas idosas; e inscrição para o Projeto Cabelos de Prata para idosos a partir de 60 anos de idade.

Dentre os questionamentos apresentados, foi perguntado sobre os serviços disponibilizados pelo CRAS:

Aqui no cras nós trabalhamos mais com a questão do cadastro único, mas além do cadastro único, nós repassamos a orientação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Também temos o serviço de fortalecimento de vínculos que é o conviver e o cabelo de prata e também é, auxiliamos os também idosos na orientação relacionada com a carteira do idoso, que é, há uma diferenciação para quem é aposentado e tem como comprovar renda e para quem não consegue comprovar renda, que é no caso aí dos autônomos, né? Que são. Há essa diferenciação na assistência. Não há uma legislação que ampara, porém, as orientações que nos repassaram é que só tem direito a carteira do idoso emitida pelo cras. Aqueles que não conseguem comprovar renda. Aí essas informações a gente passa para os usuários. O cadastro único, é o mais procurado (Pedagoga).

Assim, acredita-se na relevância desse profissional no contexto CRAS, no sentido de estruturar e organizar melhor os serviços, tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade (Machado, 2021).

Então, o serviço mais procurado pela população é a realização do Cadastro Único, neste cadastro é inserido:

[...] um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias (CEF, s.d).

Além deste, são disponibilizados o Serviço de Atendimento e Proteção Integral às Famílias (PAIF), orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Carteira do Idoso, Encaminhamento para o Centro de Integração Empresa – Escola (CIEE). Para melhor percepção dos serviços, verificamos a finalidade destes. O serviço central ofertado nos CRAS é o Serviço de Atendimento e Proteção Integral às Famílias (PAIF), que parte da escuta qualificada com as pessoas cadastradas que passam por vulnerabilidade social. A partir deste serviço, verifica-se a necessidade da família cadastrada nos demais serviços como a inscrição destes no Cadastro Único que

realiza a ser transferência de renda para famílias de baixa renda.

Benefício de Prestação Continuada (BPC) não faz parte dos serviços do CRAS e sim do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas o CRASS realiza a orientação sobre este serviço, pois para a liberação deste benefício é necessário está inscrito no Cadastro Único, o qual é realizado pelos CRAS. O BPC está:

[...] previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2019, p. 01).

Então, é necessário que os profissionais do CRAS tenham as informações exatas para que possam orientar o público que necessita deste serviço quanto aos seus procedimentos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) objetiva oferecer à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo, dessa forma, para o planejamento de estratégias por meio de projetos oferecidos pelo CRAS para as diferentes faixas etárias.

Para a Carteira do Idoso, é realizado preenchimento de informações necessários para a emissão desta, que deverá acontecer no prazo de 45 dias, com retirada no próprio CRAS.

Questionou-se ainda acerca da Pedagogia dentro da Assistência Social, se esta fomenta a superação da vulnerabilidade social:

Ela realmente fomenta a superação de vulnerabilidade social através dos projetos, são programas desenvolvidos pelo próprio CRAS que aqui temos o cabelo de prata. Temos palestras educativas é, e para conviver, que são crianças de idades de 6 a 17 anos. Temos alguns eixos temáticos que é trabalhado, então há uma área que a pedagogia ela tá mais é, fortemente ligada com as ações que são desenvolvidas com eles (Pedagoga).

Os programas possuem como principal finalidade a estruturação e melhor

organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no sentido de tratar as necessidades e os direitos dos usuários e, com isso, obter a inclusão dos mesmos na sociedade. O pedagogo atua como mediador entre as atividades propostas e as crianças e os adolescentes participantes. Ele busca criar um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, onde esses jovens possam expressar suas ideias, explorar seus interesses e desenvolver suas potencialidades. Sobre isto, podemos citar a Pedagogia Social que é uma área de estudo e atuação que visa a intervenção educativa em contextos sociais específicos, buscando promover o desenvolvimento humano, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essa abordagem pedagógica se baseia na ideia de que a educação não se limita apenas ao ambiente escolar formal, mas pode e deve ser aplicada em diferentes espaços e contextos sociais.

Deste modo, realiza o planejamento e a organização das atividades educativas, utilizando metodologias pedagógicas adequadas, levando em consideração a faixa etária, o contexto social e cultural, e os objetivos específicos do projeto. Além disso, estimula a participação ativa dos jovens na definição dos conteúdos e nas tomadas de decisão, promovendo a autonomia e o protagonismo.

A Pedagogia dentro da Assistência Social desempenha um papel fundamental na promoção da superação da vulnerabilidade social, proporcionando educação, fortalecimento pessoal, conscientização e participação ativa. Ao capacitar as pessoas em situação de vulnerabilidade, ela busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Como campo de estudo e prática relacionado à educação, pode ser aplicada de várias maneiras para fortalecer indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade. Ainda, pode colaborar na construção de redes de apoio e fortalecimento de vínculos sociais. Ela pode promover a participação ativa das pessoas em situação de vulnerabilidade, envolvendo-as na formulação e implementação de políticas e programas sociais.

Conforme Gandin (2014), na busca pela transformação da realidade existente para a desejada, insere-se a lógica que admite os indivíduos poderem construir e modificar o que é necessário. Desse modo, o pedagogo pode contribuir para que a sociedade se torne melhor.

Em relação as perspectivas de carreira que o Pedagogo tem na Assistência Social:

Há diversas perspectivas, né? Só que é analisando de uma forma geral, como nós não temos um trabalho específico, às vezes nós adentramos mais em questões sociais, então a gente fica um meio que não sabendo o papel exatamente do pedagogo, mas o pedagogo, se for levar uma atuação mais ligada à questão dos programas que é desenvolvida dentro do CRAS, há sim uma perspectiva da carreira porque sabemos que para se fazer a superação de qualquer tipo de vulnerabilidade social ou educacional é muito importante justamente porque abre a visão de quem participa é, das ações educativas dentro do CRAS, e, nessa perspectiva podemos dizer que é algo interessante, é algo viável, e se de fato for seguindo a legislação, tem sim como fazer essa superação de vulnerabilidade social (Pedagoga).

O Pedagogo pode contribuir de modo significativo para a formação cidadã dos usuários. Esse profissional pode ser considerado ainda como mediador da superação das vulnerabilidades sociais e dificuldades, por meio das intervenções socioeducacionais. Pode trabalhar com crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, buscando estimular o aprendizado, fortalecendo habilidades socioemocionais e promovendo a inclusão social. Além de atuar no planejamento e execução de programas e projeto, identificando necessidades de formação, ministrando oficinas, orientando e promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e socioemocionais.

Essa atuação em equipe multidisciplinar, com psicólogo e assistente social, permite uma abordagem integrada e complementar para o atendimento das demandas sociais e educacionais das pessoas assistidas. É importante ressaltar que as oportunidades podem variar de acordo com a região, as políticas públicas vigentes e as demandas locais.

Ao ser capaz de nortear a carreira profissional sob o prisma da Assistência Social, torna esse trabalho muito mais ativo, enriquecendo diante da sua visão, trazendo o seu olhar para as práticas assistenciais em prol de uma cidadania ativa na comunidade, fazendo uma reflexão desse trabalho e apontando algumas intervenções a serem feitas nos serviços de convivência (Gracianni, 2017). Já a relação com a direção e os demais profissionais do setor:

Por enquanto, relação boa, não temos assim, um diálogo diretamente relacionado toda semana, reuniões essas questões a gente não têm, mas, em relação algumas demandas que levamos, sempre temos esse bom diálogo, essa cordialidade, e sempre estamos de prontidão

a qualquer serviço que ela nos repassa, estamos de prontidão para poder desenvolver nosso trabalho (Pedagoga).

É importante frisar que uma das atividades mais importante para a prática-crítica é a experiência de poder colocar o indivíduo em processo de socialização de conhecimento uns os outros, ou seja, em momentos coletivos, promovendo embates que afetam, porque assim eles se percebem em uma troca de vivências e de sentimentos, experimentando as emoções, a igualdade e o desejo de transformar ou recriar o mundo (Freire, 2002). Assim, é importante que seja estabelecida a interação profissional, no sentido de tornar o trabalho multidisciplinar, e proporcionar aos usuários um serviço de maior qualidade.

Uma relação saudável entre direção e os demais profissionais do setor é de extrema importância em qualquer ambiente de trabalho. Essa relação saudável e colaborativa traz diversos benefícios, tanto para o indivíduo como para a organização como um todo, facilitando a comunicação efetiva, a colaboração e o trabalho em equipe, a motivação e o engajamento, o desenvolvimento profissional, o alinhamento de objetivos. Ou seja, é fundamental para promover uma cultura organizacional positiva, aumentar a eficiência, a produtividade e o bem-estar dos colaboradores.

Assim, questionou-se também sobre planejamento das ações e como ele é realizado: *“Todos os nossos planejamentos eles são conjuntos, principalmente nós da equipe técnica, sempre é pontuamos algumas situações em conjunto”* (Pedagoga).

O planejamento em equipe é outro aspecto que exige organização, sistematização, previsão, decisão e outros aspectos na pretensão de garantir a eficiência e eficácia de uma ação, quer seja em um nível micro, quer seja no nível macro e pode também tornar as atividades desenvolvidas no contexto do CRAS com maior resolutividade (Gandin, 2014).

Ao planejar com toda a equipe técnica, é possível aproveitar as sinergias entre as diferentes partes. Ideias e perspectivas diversas podem levar a soluções mais criativas e inovadoras. Além disso, a colaboração pode levar a uma melhor compreensão dos desafios e à identificação de abordagens mais eficazes. Pois, as demandas são divergentes e, sendo percebida por diferentes olhares, pode ser encontrada uma maneira para ter como resultado o êxito, atendendo assim a população que busca os serviços da assistência social.

No entanto, verificamos algumas debilidades, ou desafios, que podem afetar a atuação do pedagogo na Assistência Social. Uma das principais é a falta de capacitação ao assumir o cargo, isso pode contribuir com a limitação da qualidade do trabalho realizado. Além disso, a complexidade das situações enfrentadas na Assistência Social demanda uma abordagem interdisciplinar e integrada.

Percebeu-se que, para a sua atuação na assistência social, envolve a aquisição de conhecimentos relacionados com Educação, Psicologia, Sociologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos. Com isso, utiliza-se conhecimentos estudados na sua formação, permitindo que o profissional compreenda as diferentes realidades e demandas dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, bem como os mecanismos de exclusão social e as possibilidades de intervenção.

A atuação do pedagogo na Assistência Social é multifacetada. Ele pode trabalhar em diversas instituições e diversos programas, como centros de acolhimento, abrigos, projetos sociais e organizações não governamentais. Suas atividades incluem a elaboração de propostas pedagógicas, o planejamento e a implementação de atividades educativas, a orientação de famílias e grupos, o desenvolvimento de estratégias de inclusão social, entre outros.

Outra debilidade é a falta de valorização e reconhecimento da atuação do pedagogo na Assistência Social. A sua remuneração não é adequada, possui salário inferior aos demais profissionais da equipe técnica, sendo que atuam com as mesmas demandas e cumprem o mesmo quantitativo de carga horária de trabalho. Assim, faz-se necessária uma análise e reparação na questão salarial do pedagogo neste panorama. Como resultado desta situação se tem uma alta rotatividade de pedagogos no CRAS.

Vale destacar que o pedagogo está inserido na equipe técnica, trabalhando em conjunto com outros profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, entre outros. Desta forma, é importante a articulação e trabalho em equipe para obtenção de melhores resultados e facilidade na abordagem integral das necessidades dos indivíduos.

Para superar algumas dificuldades, é fundamental investir na formação e capacitação dos pedagogos na Assistência Social, garantir condições adequadas de trabalho e fortalecer a articulação entre os diversos profissionais envolvidos. Além disso, é necessário promover a valorização e o reconhecimento do trabalho desses

profissionais, destacando a importância da educação e da Pedagogia como ferramentas para a transformação social. Adiante, apresentamos as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pedagogo na Assistência Social, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), integra uma equipe técnica (pedagogo, psicólogo, assistente social), a qual desempenha um papel fundamental no apoio e na promoção do desenvolvimento educacional e social das comunidades atendidas. O CRAS é uma unidade de proteção social básica, que tem como objetivo principal oferecer serviços, programas e projetos que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, e promover o acesso aos direitos sociais. Destaca-se que tanto o pedagogo quanto o profissional de Pedagogia Social têm em comum a preocupação com a educação e o desenvolvimento humano, mas suas áreas de atuação e enfoques específicos podem variar conforme o contexto e as demandas sociais.

Ao traçar o perfil da participante, por meio da entrevista, revela-se que a pedagoga adquiriu breve conhecimento sobre a atuação do pedagogo em contextos não escolares na época de formação inicial, e que sua efetivação neste contexto se deu por meio de concurso público. Ao assumir o cargo, destacou que não obteve formação profissional para desempenhar suas atividades, sua prática foi se desenvolvendo por meio de observação do trabalho dos colegas.

A equipe multidisciplinar do CRAS realiza as mesmas demandas do ofício, não cabendo aos integrantes ter trabalho específico. A pedagoga citou que acredita que todos se deparam com desafios no dia a dia, pois as situações que se apresentam são divergentes e necessitam da resolução desta equipe, que, por vezes, são compartilhados entre si para perceberem as melhores estratégias para seu cumprimento. Com isso, percebemos uma fragilidade da formação inicial dos profissionais e, ao mesmo tempo, a não realização dos trabalhos específicos de sua área, mas realizam as mesmas demandas da instituição, o que vulnerabiliza a política pública de enfrentamento as vulnerabilidades sociais. Vamos exemplificar, a pedagoga poderia focar nas demandas pedagógicas como elaboração de projetos realizados nos grupos de convivência, visitaçao nas escolas para cumprir a demanda dos projetos sociais, entre outros. Porém, todos os integrantes da equipe técnica realizam este serviço. Assim como o pedagogo também exerce o papel de visitaçao

em moradias de família carentes, verificando suas estruturas para informar no cadastro de benefícios, competência esta que integra a área do assistente social.

O Pedagogo transita em distintas áreas, com isso, viabiliza as diferentes possibilidades de conhecimento. Os desafios poderão existir em qualquer área da atuação deste, pois existem demandas que precisam de estratégias e manejos diferentes. Na Assistência Social, o pedagogo atua na interseção entre a educação e a Assistência Social, buscando criar estratégias e metodologias educativas que contribuam para a inclusão social e o fortalecimento dos indivíduos e das famílias. Seu trabalho envolve o planejamento, a execução e a avaliação de ações pedagógicas voltadas para o público atendido pelo CRAS.

Outro ponto verificado foi a remuneração salarial da pedagoga que atua no CRAS, mostra-se inferior aos demais integrantes da equipe técnica. Então, ao se tratar das demandas, todos realizam os mesmos ofícios e possuem a mesma carga horária de trabalho, todavia na parte salarial existe uma divergência. Desta forma, o pedagogo tem uma desvalorização por meio da sua remuneração dos proventos. Resultando na alta rotatividade destes profissionais. Com isso, percebe-se a necessidade da repaço do salário destes, visando sua valorização profissional.

No CRAS, são realizados diagnósticos e levantamentos para identificar as necessidades sociais das famílias e da comunidade. Tem-se projetos educativos que podem contribuir para a promoção da cidadania, do protagonismo e da autonomia dos indivíduos atendidos. Esses projetos podem envolver atividades de educação de jovens e adultos, oficinas temáticas, cursos de formação, entre outros. A equipe técnica estabelece parcerias e promove a articulação com a rede de ensino, incluindo escolas de ensino regular e outras instituições de educação formal, visando garantir o acesso e a permanência das crianças e dos jovens na escola. Ela pode atuar como mediadora entre a comunidade e as instituições educacionais, buscando soluções para questões relacionadas à educação. Realizam orientações para beneficiários do CRAS, oferecendo suporte e auxílio na resolução de dificuldades relacionadas às vulnerabilidades sociais que se encontram.

Entretanto, o trabalho do pedagogo na Assistência Social no CRAS é essencial para promover o acesso à educação e garantir o desenvolvimento integral das pessoas atendidas. Sua atuação busca contribuir para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E.D.A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ANTKIEWICZ, D, A.; COSTA, D, C. O Papel do Pedagogo em Espaços não Formais. **Revista científica Fazer**. Erechim, v.7, n.1. p. 73-79, 2019.

ARAÚJO. M. M. de. **Por uma pedagogia para o século XXI**. Curitiba: CRV. 2020. Coleção: pedagogia social para o século XXI, v.4.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- Editora: São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 06 mai. 2022.

_____. Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores**. Brasília, 2019.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social: **Cartilha SUAS- Sistema Único da Assistência Social “modo de usar”**. Brasília, dez. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social – Cras**. Brasília. 2015.

_____. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Livroto Perguntas e Respostas**. CREAS, Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

_____. **Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Brasília, 2006.

_____. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social(Loas). Brasília, 1993.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** Campinas: Papirus, 1996.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Cadastro único.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMPOS, C.J.G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília-DF, 2004, set/out; 57(5):611-4.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMIGRA, 2020.

CHARLOT, B. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentas antropológicos. In: CHARLOT, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais.** Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COSTA, N. do R. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social.** São Paulo: Hucitec, 1998. Disponível: https://sigaa.ufrr.br/sigaa/public/curso/relatorio_curriculo.jsf. Acesso em: 17 mar. 2022.

COUTO, B. R. *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CONSELHO PLENO. Resolução CNE/CP 5, de 13 de dezembro de 2005. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.** Brasília: 2005.

CRUZ, G. B. da. **70 anos do curso de pedagogia no Brasil: Uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a13.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.

FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ. **Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em**

Pedagogia. [S.L]. [S.D.].

FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. dos. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor**. nº 11, v.1, 2014.

FIREMAN, M. D. **O trabalho do pedagogo na Instituição não escolar**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. [livro eletrônico]. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 148.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.1- 163.

GADOTTI, M. **A escola dos meus sonhos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2019.

_____. M. **A questão da educação formal/não-formal**. Seminário Direito à educação: solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005.

_____. **A questão da Educação formal/não-formal**. institut international des droits de l'enfant (ide) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 - 22 out. 2005.

GALLO, M. S. da C. A história da formação de pedagogos no curso de pedagogia: um debate identitário. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 9, 2009, São Paulo. Curitiba: PUC-PR, 2007

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRACIANNI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2017.

_____. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOODE, W.J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional;1979:422.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

HEIDEMANN, F G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo, Cortez, 2005.

MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: Diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio comunitária**, 2021.

MACHADO, E. R. **A pedagogia social no contexto brasileiro: análises de possíveis aproximações ou distanciamentos das áreas de Educação Popular e dos Movimentos Sociais**. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 3, 2010, São Paulo. Anais [...]. Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), 2010.

MALVEZZI, S. Do taylorismo ao comportamentalismo 90 anos de desenvolvimento de recursos humanos. In: BOOG,G. (Coord.) **Manual de Treinamento e Desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books ,1994 . p.15-31.

MARTINS, E. B. de A. Educação além dos muros da escola: o papel do pedagogo. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, 2008.

MEDEIROS, J. **O CRAS e a Proteção Social Básica**. Excelência na Gestão do SUAS. Minas Gerais. 2020. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/cras/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**. V. 4, N° 2, p. 9-32, 2010.

MENEZES, C. J. F. de ; OLIVEIRA, S. M. A atuação do pedagogo no Detran/RR. In: **Ensino, aprendizagem e desafios sobre temas em Educação**. OLIVEIRA, S.M.; SANTOS, G.B.P. dos (Orgs). Coletânea Contextos e Educação. Editora UFRR.2020.

MENEZES. A. L. T. Extensão: por uma percepção de um conhecimento biocêntrico.

Revista Dialogos: construção conceitual de extensão e outras reflexões significativas, Brasília, n. 1. v. 14, dez. 2010. p. 8-15.

NASCIMENTO, A. S. *et al.* A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. **Revista Pedagogia em Ação.** v. 2, n. 1, p. 61-75, fev./jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4481>. Acesso em: 14 mai. 2022.

OLIVEIRA, J. V. De; COSTA, M. C. L. **Expansão urbana de Boa Vista, Roraima, e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial.** GEOSABERES: Revista de Estudos Geoespaciais, Universidade Federal do Ceará. vol. 9, núm. 18, pp. 1-18, 2018.

PACHECO, W. R de S.; BARBOSA, J. P. da S.; FERNANDES, D. G. A relação teoria e prática no processo de formação docente. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar,** Cajazeiras, n. 2, suplementar, set. 2017. p. 332-340.

PAIVA, J.S. **Caminhos do educador social no Brasil.** Jundiaí: Paco. 2015.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na constituição de 1988 e a operacionalização pela PNAS e pelo SUAS. **Revista Ser Social,** 2007.

PMBV. **Quantitativo de atendimentos realizados no CRAS em 2022.** Observatório. Boa Vista, Roraima. 2022.

PINTO, F. C. F.; DIAS, E. Educação e pesquisa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** Rio de Janeiro , v. 26, n. 100, p. 505-8, jul. 2018 .

PRATES, J.C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos.** V.11, n.1. Porto Alegre, 2012.

SANTOS, J. D. C dos; COSTA, A. R. L; NUNES, A. O. O pedagogo no âmbito da assistência social. **Educação & Linguagem,** ano 4, nº 2, dez. 2017, p.60-76. ISSN: 2359-277X.

SOUSA, M. M. F. De; *et al.* **A Assistência Social como política pública de direito:** avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2013.

SOUSA, J. R. **Protagonismo estudantil em feiras de ciências no semiárido potiguar:** da Educação Básica ao Ensino Superior. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros-RN, 2019.

TANURI, L.M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação.** n.14 (Especial). p. 61-88. 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa**

qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UERR. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Boa Vista/RR, 2021.

UFRR. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Boa Vista/RR, [s.d].

APÊNDICES

APÊNDICE A


CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Sr(a). Secretário(a) Municipal de Gestão Social

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada: **O Pedagogo na Assistência Social: um estudo sobre a prática educacional em espaço não-escolar, no município de Boa Vista-RR**, a ser realizada nas unidades de Assistência Social sendo, Centro de Referência de Assistência social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Abrigo Infantil Condomínio Pedra Pintada, pela **Mestranda em Educação** da Universidade Federal de Roraima-UFRR, **JOELMA DA SILVA** sob orientação do **Prof. Dr. FLÁVIO CORSINI LIRIO**, com os seguintes objetivos: Conhecer a atuação do Pedagogo no âmbito da Assistência Social, a partir de suas práticas nas unidades de Assistências Social, localizados na cidade de Boa Vista/RR, analisar o perfil da população assistida pelas políticas públicas da Assistência Social; analisar as ações sociais que atendem ao público-alvo da Assistência Social; identificar as práticas e as contribuições do pedagogo neste panorama. Para tanto, necessito de vossa autorização para ter acesso às unidades e aos dados públicos disponíveis para realização da atividade de pesquisada, respeitando os dados e informações institucionais e pessoais que estão sobre sigilo. Será aplicado um questionário com os Pedagogos atuantes nestes contextos. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo.

Boa Vista, 03 de janeiro de 2022.

 Concordamos com a solicitação
 Não concordamos com a solicitação


 Glória Maria S. M. Costa Lima
 Secretária Municipal Adjunta de
 Gestão Social
 SEMGES
 Gestão da Instituição onde será realizada a pesquisa


 Assinatura dos pesquisadores (as)


 Assinatura do orientador (a)

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A/O senhor/a está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada **“A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR : CRAS EM BOA VISTA-RR”** que tem como objeto analisar a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Trata-se de uma participação voluntária. O(A) Sr(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. A finalidade de é prestar informações sobre as atividades realizadas pelos pedagogos em espaço não escolares para fins de subsidiar a compreensão acerca do papel da atuação do pedagogo em espaços não escolares. O presente termo visa referendar a autorização para participação de profissionais pedagogos que atuam na área da assistência social. Para tanto os procedimentos adotados para coleta de dados são: entrevistas semiestruturada individual que será gravada (com a autorização do participante entrevistado).A íntegra do material coletado será mantida em sigilo sobre a responsabilidade do pesquisador, ficando armazenado por um período de cinco a dez anos. Fica autorizado a publicação e apresentação das informações coletadas, respeitando as condições estabelecidas nesse termo.

Durante o projeto os riscos mínimos são a possibilidade de vulnerabilidade dos participantes envolvidos quanto a sua exposição frente ao tema tratado, a dificuldade de aprofundar determinadas questões apontadas pelo investigador com o devido cuidado para que não sejam expostas participantes objetos do trabalho realizado na instituição e comobenefícios verifica-se a pretensão de contribuir com a apontamentos de questões pertinentes ao trabalho realizado por meio de reflexão que contribuir com o seu aprimoramento, ainda no campo de benefícios a pesquisa em tela tem sua relevância teórica científica e social com a finalidade de analisar a problemática e a contribuição dessa formação para a realidade social contemporânea, visando apresentar tais aspectos para a sociedade, além de contribuir com os demais pesquisadores das demais áreas do conhecimento. De modo que uma vez aventada a possibilidade de riscos a pesquisa pode ser interrompida a qualquer momento e os dados podem ser inutilizados a fim de que a sua divulgação não enseje em processo exposição do participante colaborador da pesquisa.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. Pesquisadora responsável por meio do número de telefone (95)99142-8508, no endereço profissional Escola Municipal Luiz Canará, localizada na Rua HC-14, 410 - Sen. Hélio Campos, Boa Vista - RR, 69313-022 (1º Pavilhão - Sala de Recursos Multifuncionais), ou por _mail: joelm1930@hotmail.com, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
5. Receber uma via do documento conforme previsto na Resolução CNS nº 466 de 2012 itens IV.3.f e IV.5.d. do CEP/UFRR (Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista/RR - Bloco 7, sala 737, segundo andar (entrada principal, sobe para o segundo andar, vira à direita, última sala do corredor, à direita). E-mail: coep@ufr.br)

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Eu, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante, de forma apropriada e voluntária.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assinatura do pesquisador:

Contato do pesquisador: (95) 99142-8508, E-mail: joelm1930@hotmail.com

Endereço profissional: Escola Municipal Luiz Canará, localizada na Rua HC-14, 410 - Sen. Hélio Campos, Boa Vista - RR, 69313-022 (1º Pavilhão - Sala de Recursos Multifuncionais)

Contato orientador: (95) 981134610, E-mail: flavio.corsini@ufr.br

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro de entrevista semiestruturada / Pedagogo da Assistência Social

- 1) Qual a sua formação acadêmica? Instituição onde se formou? Ano de conclusão?
- 2) Há quanto tempo atua na Assistência Social? Como chegou ao setor de trabalho onde está? (concurado ou temporário?)
- 3) Em geral, quais são os serviços disponibilizados pela instituição? Qual dos serviços são mais procurados pela população?
- 4) Qual o trabalho que desenvolve no setor? O Público que atende? Demandas Atendidas pelos pedagogos?
- 5) Tinha alguma experiência na área ou conhecimento sobre a função do pedagogo na Assistência Social?
- 6) Quais foram, e são os desafios para você nesta profissão e campo de atuação? Pode dar exemplos de situações corriqueiras.
- 7) Como você vê a pedagogia dentro da Assistência Social? Ela fomenta a superação da vulnerabilidade social? Caso sim, poderia dar exemplos?
- 8) Quais perspectivas de carreira que o Pedagogo tem na Assistência Social?
- 9) Como é a relação com a direção e os demais profissionais do setor?
- 10) Se planejamento das ações e como ele é realizado (individual, por área/equipe ou geral)?
- 11) Participou ou participa de alguma formação/capacitação para assumir essa função na instituição?

ANEXOS

ANEXO I



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
GERENCIA GERAL DOS CRA'S
CRAS PINTOLÂNDIA



Parecer Técnico

(Situação socioeconômica da família com inconsistência no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal)

1. Informações do Responsável familiar.

Nome:

NIS Ativo:	Código Familiar Ativo	Município: Boa Vista	Cód. IBGE:	UF: RR
------------	-----------------------	-------------------------	------------	-----------

2. Informações sobre a situação socioeconômica da Família.

A Família possui perfil para o Cadastro Único: () Sim () Não

3. Detalhamento do Parecer Técnico

Data da coleta das Informações: de de 20 .

Informações Adicionais:

Nome e Função do Responsável pelo levantamento das Informações

Assinatura do Responsável pela Unidade de Cadastramento

ANEXO II
DECLARAÇÃO DO IDOSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Declaração

Nº: 017/2020

Declaramos para os devidos fins, que o (a) Senhor (a), portador (a) do **RG n°:****SSP/RR, CPF:** Data de Nascimento:, está cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadaÚnico), não possui e/ou não tem como comprovar renda por meio dos documentos comprobatórios constantes no Art. 6º e 2º incisos I a V, do decreto nº 5.934 de 18 de outubro de 2006, podendo usufruir gratuitamente de viagens oferecidas pelos transportes coletivos interestaduais rodoviário, ferroviário e aquaviário, ou na ausência de vagas, obter descontos de no mínimo 50% (cinquenta por cento) no valor da passagem de acordo com o 1º e 2º parágrafos, do artigo 40, capítulo 10, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003).

Esta declaração é válida por 180 dias, a partir da data de sua emissão.

Boa Vista-RR, de de 20 .

Av. Major Williams - 1657 - Centro CEP 69301 -110- Boa Vista - RR
E-mail: semges@pmbov.rr.gov.br / Http: www.boavista.rr.gov.br



ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
GERENCIA GERAL DOS CRA'S
CRAS PINTOLÂNDIA



RELATÓRIO INFORMATIVO

Dados de identificação familiar: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX

Tel: XXXXXXXXXXXXXXXX

Origem: XXXXXX

Informamos que nos dias XXX e XXXX de XXXXXXXX de XXXXXX, a equipe técnica deste Centro de Referência de Assistência Social-CRAS realizou visita domiciliar a idosa supracitada com a finalidade de conhecer o contexto sociofamiliar e verificar as possíveis intervenções para atendimento da mesma.

Em escuta realizada, a mesma informou que mora sozinha e realiza todos os seus afazeres domésticos, ainda relatou que está em acompanhamento médico com as especialidades de psiquiatria, psicologia, entre outros, e para tais acompanhamentos a Srª XXXXX conta com o auxílio de XXXXXXXX que a leva para os atendimentos. Ela relatou que estava em quadro depressivo e que apresenta melhoras depois do acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Destacamos que foram realizadas algumas intervenções necessárias que abrange as competências do CRAS como:

- Inclusão no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas;
- Visita domiciliar;
- Escuta;
- Oferta para participação do grupo de convivência do grupo de idosos (Cabelos de Prata).

A senhora XXXXXXXX informou que não tem interesse em participar do projeto Cabelos de Prata por conta das limitações físicas que apresenta no momento (dores no braço e pernas).

A equipe deste CRAS continuará fazendo o acompanhamento da idosa por meio da visita domiciliar com o intuito de fortalecer a presença da assistência social nos territórios e a perspectiva da proteção proativa e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamentos e de situações de risco pessoal e social pelo Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Desde já ficamos a disposição para melhores esclarecimentos.

Boa Vista – RR, de de 20 .

ANEXO IV



Prefeitura Municipal de Boa Vista
Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES
Centro de Referência de Assistência Social
CRAS – PINTOLÂNDIA

**ESTUDO DE CASO****01-IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:	
Idade:	DN:
Endereço:	Nº
Bairro:	Fone:

02 - DEMANDA:**03 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR:****04 - SITUAÇÃO ESCOLAR:****05 - CONDIÇÕES DE MORADIA:**



Prefeitura Municipal de Boa Vista
Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES
Centro de Referência de Assistência Social
CRAS – PINTOLÂNDIA



06 - SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA FAMÍLIA:

07- PARECER TÉCNICO:

08- PROVIDÊNCIAS SOCIOASSISTENCIAIS

Boa Vista – RR, de 20 .

Técnico(a) de Referência
CRAS/Pintolândia



ANEXO V

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
GERÊNCIA GERAL DO'S CRAS
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ENCAMINHAMENTO Nº 18/2019

De: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Pintolândia

Ao
Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE
Programa Jovem Aprendiz

A/C Senhora Supervisora ~~XXXXX~~.

Encaminho o adolescente ~~XXXXX~~ identificado em situação de vulnerabilidade social, abaixo listado à esta instituição para participar do processo de inscrição e possível inserção aos programas de aprendizagem profissional.

Nome:	Idade:
RG:	CPF:
Escolaridade:	Turno:
Telefone:	
Endereço:	

Busca-se nessa intervenção, a inserção do jovem no mercado de trabalho, a redução dos reflexos da fragilidade social, bem como, promover o desenvolvimento intelectual, físico, psíquico, moral e social e consequentemente possibilitar a cidadania, a emancipação social, a autonomia e a transferência de renda.

Ressalta-se que esse Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, tem como objetivo prevenir ocorrência de situações de vulnerabilidades e risco social, promover a prevenção a proteção, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ampliar o acesso aos direitos de cidadania.

Registramos que a família em questão é referenciada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família- PAIF desse Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/ Pintolândia.

Documentos anexos:

- Cópia do RG E CPF;
- Cópia do comprovante de residência;
- Declaração escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL
 SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
 GERÊNCIA GERAL DOS CRAS
 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



- Cópia da Carteira de Trabalho.

Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos através do Telefone 98400-8881 (CRAS Pintolândia).

Atenciosamente,

Boa Vista – RR, ~~xxx~~ de ~~xxxxxxxx~~ de 20xx.